



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS UFGD**  
**FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – FADIR**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ELIS POLI CHIACHIO**

**A ONDA ROSA NA AMÉRICA LATINA: CASO BRASILEIRO**

**DOURADOS - MS**

**2018**

ELIS POLI CHIACHIO

**A ONDA ROSA NA AMÉRICA LATINA: CASO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Roberto Mauro da Silva Fernandes.

DOURADOS - MS

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

C532o Chiachio, Elis Poli

A Onda Rosa na América Latina: caso brasileiro /  
Elis Poli Chiachio -- Dourados: UFGD, 2018.  
67f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Roberto Mauro da Silva Fernandes

TCC (Graduação em Relações Internacionais) -  
Faculdade de Direito e Relações Internacionais,  
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Onda Rosa. 2. Governos de esquerda. 3.  
América Latina. 4. Desenvolvimentismo. I.  
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados  
fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 07 de fevereiro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais o (a) aluno (a) **Elis Poli Chiachio** tendo como título "A Onda Rosa na América Latina: caso brasileiro".


Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Roberto Mauro da Silva Fernandes (orientador/a), Me. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto (examinador/a) e Dr. Bruno Boti Bernardi (examinador/a).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado (a) APROVADO

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: A banca sugere que as observações feitas sejam consideradas para a versão final.

Assinaturas:

  
**Dr. Roberto Mauro da Silva Fernandes**  
Orientador/a

  
**Me. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto**  
Examinador/a

  
**Dr. Bruno Boti Bernardi**  
Examinador/a

Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial aos meus pais, por sempre apoiarem minhas escolhas e compartilharem os meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a maravilhosa família com a qual ele me presenteou, família que sempre ouviu os meus sonhos e sempre me deu base para a construção dos mesmos. Os quilômetros de distancia não significaram nada em relação ao amor que nos une, na verdade, a distância fez até bem, entregando hoje uma filha e irmã que volta muito diferente da filha que foi, e uma relação que me recebe diferente da relação que um dia já foi. Agradeço também aos amigos que se fizeram poucos durante o início da graduação, mas os quais se fizeram muitos no final, tendo sempre com quem contar nos momentos difíceis e com quem compartilhar os momentos alegres.

Agradeço ao professor Hermes Moreira Junior que moveu mundos e fundos para auxiliar o Conselho Institucional dos Estudantes de Relações Internacionais na minha gestão enquanto presidente, nos ajudando a alcançar grandes conquistas representativas. Agradeço-o também por ter despertado meu interesse pela Empresa Júnior do curso e por sempre estar disponível para aconselhar os caminhos da empresa durante minha gestão enquanto presidente. Agradeço também ao professor Márcio Scherma por ter sido o melhor professor que eu tive na graduação, e por despertar o meu interesse pelo tema do presente trabalho. Agradeço ambos em especial por serem norte na minha graduação. Além disso, agradeço também pela paciência, carinho e empatia nos momentos de tristeza e desespero, suas palavras sempre foram recebidas com muito carinho e internalizadas com muita confiança.

Por fim, agradeço a todo o corpo docente com quem tive contato durante a graduação por formarem seres com pensamento crítico e com vontade de serem agentes de mudança. Foi um prazer compartilhar esta fase com vocês.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar e analisar o caso da ascensão de governos de esquerda na América do Sul à luz do caso brasileiro, para isso, se vale do contexto histórico do liberalismo e de seus efeitos nas sociedades latinas. Segue mostrando que os partidos de esquerda foram ganhando força como resposta ao modelo neoliberal, expõe a trajetória e a cronologia do movimento esquerdista nos países da região e por fim foca no caso brasileiro. A decisão de focar no caso brasileiro veio em decorrência da magnitude e importância do país para a região, além de ser um país que sofreu um impeachment recentemente, tirando a governante de esquerda e implantando políticas ortodoxas contrárias as políticas anteriormente aplicadas pelos governantes petistas. Nesse sentido, haverá uma análise da trajetória do governo esquerdista no país mais específica, a fim de analisar se a profunda recessão na qual o país se encontra foi resultado das políticas sociais implantadas pelo governo Lula e governo Dilma.

PALAVRAS-CHAVES: “Onda Rosa”; “Governos de esquerda”; “Desenvolvimentismo”; “América Latina”.

## **ABSTRACT**

The present paper aims to study and analyze the rise case of left-wing governments in South America in the light of the Brazilian case, hereby, it uses the historic context of liberalism and its effects on latin societies. It goes on showing that the left- wing parties were gaining strength in response to the neoliberal model, exposes the trajectory and chronology of the leftist movement in the countries and lastly focuses on the Brazilian case. The decision to focus on Brazilian case came as a result of the country importance to the region, as well as being a country that has suffered a impeachment recently, taking away the left- wing president and implementing orthodoxes policies contrary to the policies previously applied by the PT party. In this sense, there will be a left- wing government trajectory analysis to investigate whether the deep recession in which the country finds itself is the result of the social policies implemented by Lula and Dilma's governments.

**KEYWORDS:** "Pink Tide"; "Left- wing governments"; "Developmentalism"; "Latin America".



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E PRECEDENTES.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 2 – O QUE É A “ONDA ROSA”?.....</b>	<b>30</b>
2.1 REAÇÃO AO NEOLIBERALISMO .....	30
2.2 A ONDA: REFUNDADORES E RENOVADORES.....	33
2.3 OS ESTADOS E A ONDA .....	36
<b>CAPÍTULO 3 – O CASO BRASILEIRO.....</b>	<b>41</b>
3.1 QUALIDADE DEMOCRÁTICA E PARTIDOS POLÍTICOS .....	41
3.2 MODELO PETISTA .....	43
3.3 GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA.....	44
3.4 GOVERNO DILMA ROUSSEFF .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

O movimento de ascensão de governos de esquerda na América Latina ficou conhecido como “Onda Rosa”, o fenômeno se mostrou na maioria dos países da região, apesar da temporalidade ter sido a mesma, cada país guarda suas especificidades, dando um caráter heterogêneo para o movimento. O presente trabalho busca ambientar a inserção internacional e o ambiente doméstico dos países latinos no período pós- Guerra Fria, no qual o liberalismo ganhou e passou a sujeitar os países periféricos às vontades dos países centrais.

Desta maneira, os partidos de esquerda transformaram-se em alternativa viável ao modelo vigente, com a motivação de trazer um caráter nacionalista aos governos e reduzir as disparidades nacionais que cada país enfrentava em virtude do modelo econômico vigente. A chegada de fato ao poder destes governantes se deu de forma diferente em cada país, porém a maioria por via eleitoral, constituindo governos legítimos.

A elevação dos valores das commodities no ambiente internacional foi o que possibilitou a inserção de políticas sociais mais efetivas, sendo algumas de caráter distributivo e outras se traduzindo no aumento do investimento destinado a áreas sociais. Porém quando o ambiente internacional passou por crises e deixou de gerar os mesmos superávits de antes para os países, o mesmo ritmo de crescimento deixou de ser viável, gerando um levante duro das camadas sociais opositoras ao modelo de governo social desenvolvimentista.

Atualmente, são diversas as manifestações de esgotamento do modelo de esquerda de governo e cada vez maiores as manifestações de oposição a esse modelo por parte das camadas sociais superiores, por consequência da impossibilidade de manter o mesmo ritmo de crescimento. Por conseguinte, este trabalho realizará uma análise de como se deu a inserção do Brasil no movimento.

Para tal estudo, o trabalho está dividido em três partes. A primeira abordará o contexto mundial do período neoliberal e como os países periféricos estavam nessa época, a segunda parte apresentará a trajetória dos governos de esquerda na América Latina e a terceira e última parte do trabalho apresentará a trajetória brasileira desde a eleição de seu primeiro governante de esquerda e de origem popular, para que seja possível analisar se a profunda depressão econômica atual experimentada pelo país e por grande parte dos países da América Latina foi consequência exclusiva do modelo governamental brasileiro ou se outros fatores tiveram influência.

O objetivo desse trabalho é fornecer um panorama geral do contexto internacional e um panorama mais detalhado das transições que os governos de esquerda passaram no Brasil, de forma a fornecer bases específicas para o entendimento do contexto atual brasileiro. A motivação para esta pesquisa veio da situação de instabilidade política e econômica na qual o Brasil se encontra e o interesse em entendê-la. A pesquisa foi feita de modo bibliográfico, à partir da utilização de livros, artigos e teses (de forma online e física). A maior dificuldade encontrada na realização desse trabalho foi a pequena quantidade de livros sobre o tema dada a sua natureza recente, porém que foi compensada pela quantidade de trabalhos menores recentes. Outro problema encontrado também foi a divergência ideológica existente.

## CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E PRECEDENTES

Ao final da Guerra Fria, intensificaram-se vultuosas transformações globais enquanto processo civilizatório, processo este que já estava em curso a alguns anos de forma menos agressiva. Esse processo disseminava a ideologia neoliberal estadunidense abrangendo a área social, política, econômica e cultural. Contudo essas transformações não geravam um sistema mundial mais pareável, ao invés disso frisavam ainda mais o processo de polarização externa entre os Estados nacionais e interna entre seus próprios setores sociais. Dessa forma, as condições que culminaram em crises econômicas sistêmicas já estavam sendo gestadas no período de expansão capitalista (SANTOS, 2007, p. 49).

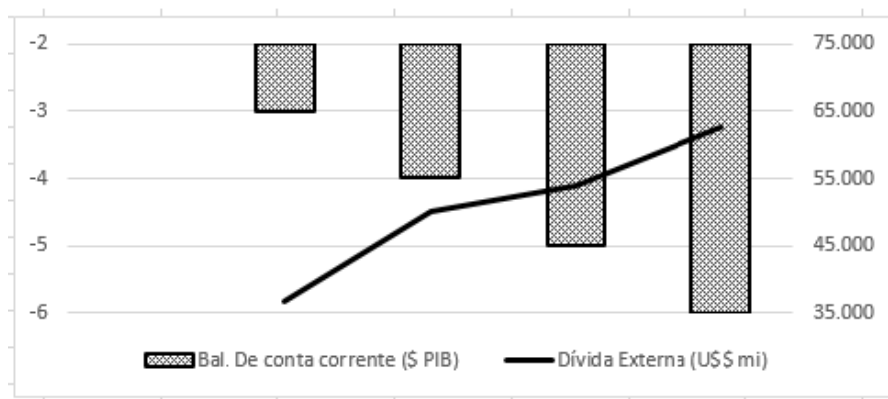
Ainda segundo Santos (2007, p.50), os Estados Unidos da América ascenderam após a Segunda Guerra Mundial como a potência central capitalista, assim instituiu o *Bretton Woods* em 1944, que consistia em um câmbio fixo entre ouro e dólar, criou instituições internacionais, sendo as principais o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Além disso, ainda detinha a posição de emissor mundial de moeda, graças à superioridade de seu poder financeiro, industrial e tecnológico em relação às demais potências capitalistas. Nessa perspectiva do imediato pós-guerra, o país acumulou reservas em ouro, tendo uma forte base econômica e proeminência nas instituições monetárias internacionais para expandir a economia capitalista através da difusão neoliberal.

De acordo com Oliveira (2005, p. 75-77), a partir do período pós-guerra até a década de 80 o Brasil tinha uma das economias mais dinâmicas do mundo, se industrializando através da substituição de importações e apresentando taxas médias de crescimento de 7% ao ano, de forma a ocupar o lugar de 8ª maior economia global. Esse processo se deu pelo contexto mundial dinamizado pelas guerras, que permitiu a ascensão de potências periféricas que não estavam diretamente envolvidas na guerra. Oliveira observa que o país passou por mudanças estruturais, sob a égide do governo militar autoritário, para voltar a economia para o mercado interno, substituindo as exportações. Esse processo se dava sob a coordenação estatal intervencionista e os capitais externos eram destinados para o financiamento dessas tecnologias, de preferência em associação com o capital estatal nacional. É nesse contexto que ocorre o primeiro “milagre brasileiro”, que foi um crescimento médio anual de mais de 10% da economia, porém logo foi interrompido pelo primeiro choque do petróleo.

O milagre brasileiro se deu no período de 1968 a 1973, ficou assim denominado por apresentar incríveis taxas de PIB, chegando a um patamar de 11,1% anuais, acompanhada de baixa de inflação e superávits. O alcance das condições do “milagre” foi um resultado das condições internas de incentivo à produção, exportação e importação, reformas fiscais, tributárias e financeiras e a grande oferta de crédito externo barato. O intenso fluxo de capitais no sistema internacional acrescido da oferta de créditos a juros muito baixos, gerou as condições para o crescimento econômico brasileiro. Esse contexto possibilitou o usufruto dessa maré próspera sem que se preocupassem com a balança de pagamentos.

Porém mesmo após o choque internacional do petróleo, o governo brasileiro procurava manter a ideia de prosperidade e desenvolvimento, para isso buscou dar continuidade às altas taxas de crescimento econômico, apostando no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento. Um grande problema dessa política é que esse tipo de programa requer poupança e pressiona a balança comercial, então sua execução se tornou possível apenas com a entrada no sistema financeiro internacional através de empréstimos e financiamentos. Desse modo, a década de 70 se encerra com endividamento externo crescente (OLIVEIRA, 2005, p. 77-79).

**Gráfico 1-** Conta corrente e dívida externa brasileira.



Fonte: Banco Mundial.

Em meados de 1960 os países capitalistas centrais ingressavam em uma crise de superprodução (SANTOS, 2007, p. 52), em resposta inicia-se um processo de saída de capitais dos EUA em 1968. Logo após, em 1983 o choque do petróleo se acresceu a conjuntura, aumentando sua gravidade sistêmica. Vários setores começavam a sinalizar a desaceleração do padrão capitalista de acumulação, como elevadas taxas de inflação,

produtividade reduzida, déficits públicos e desemprego crescente. O capital então passou a ser transferido da esfera produtiva para a esfera financeira de forma que a liquidez mundial passou para a esfera privada sem qualquer interferência estatal. A crise produtiva do *Welfare State* culmina em uma crise da hegemonia americana no mundo na década de 70, segundo Santos (2007, p.55, apud Souza, 2001, p. 69), marcada pela acumulação de superávits comerciais pelos japoneses e alemães e gastos gigantescos no exterior.

A evasão de reservas torna gradativamente mais difícil a manutenção da expansão imperialista americana, nesse sentido os Estados Unidos adotam uma atitude de desvalorização do dólar para passar o prejuízo para a esfera internacional. Com essa atitude conseguiriam manter seus mercados pelos produtos barateados e impedir que trocassem ainda mais os dólares em mãos, Santos (2007, p.53, apud ARRIGHI, 1996; CHESNAIS, 1996). Contudo o retorno era negativo, pois como Giovanni Arrighi (1996) pontua, essa política monetária gerava uma crise de confiança dos mercados internacionais no dólar. Na década de 80, mais especificamente no período Thatcher e Reagan, a utilização do neoliberalismo nas políticas econômicas, com a liberalização e desregulamentação, acelerou a integração dos mercados financeiros internacionais (SANTOS, 2007, p. 54-57).

As atitudes unilaterais que o estado americano teve nesse período ambienta um país com maior liberdade de manobra financeira e monetária do que na época de *Bretton Woods*, elevando o país a ser o polo globalizador e dominante financeiramente. Esse processo de mundialização das finanças não foi espontaneamente gerado pelo mercado, ele resultou da política econômica praticada pelos EUA em um ambiente de competição entre Estados capitalistas. Essa prática econômica e o unilateralismo dos EUA geraram um ciclo de dependência dos governos em relação ao mercado americano, pois até mesmo sua posição no sistema gera demanda sistêmica por dólar (SANTOS, 2007, p. 58-60). Contudo, como anteriormente exposto, essa demanda é fabricada pelas elites americanas e governos, pois o dólar para se manter como moeda corrente sofreu desvalorizações e flexibilizações, em prol de consolidar seus interesses geoeconômicos (SANTOS, 2007, p. 65).

O posicionamento norte-americano, antes visto como propagador da prosperidade, do *american way of life* como positivo e moderno e como um Estado internacionalmente cooperativo, passa por um processo gradativo de transformação para caracterizações como predador mundial e império maligno. O regime de acumulação propagado exerce um papel decisivo na acumulação assimétrica de capitais e desigualdades sociais, pois seu papel não se

restringe apenas aos fluxos internacionais, mas também aos ambientes domésticos dos países a fim de diminuir o poder nacional sobre a dinâmica capitalista transnacional. Por isso o esforço era no sentido de abrir e desregular as economias nacionais, promover o livre comércio internacional e criar medidas institucionalizadas para reduzir a ação estatal, além da promoção da liberalização financeira do sistema (SANTOS, 2007, p. 64-66).

O processo globalizador se dá juntamente com a instabilidade econômica sistêmica, pois gera desequilíbrios em países que estão em processo de aderência dos preceitos neoliberais, agravando-se pelo motivo de que os Estados centrais não permitem que esses países emergentes passem pelo mesmo processo de crescimento que eles, lhes dando cartas que não permitem que a sua posição seja atingida. Reconhecer que o processo trouxe poucos resultados positivos para a região latina, em relação aos problemas estruturais e políticos, não significa demonizar o processo, mas sim fazer um balanço dos pontos negativos e positivos para que se estude as particularidades da região, que ao decorrer do estudo percebe-se que diferem em grande escala das necessidades e dinâmicas dos países centrais. Em outros termos pode-se dizer que o processo não busca proporcionar a todos os Estados o mesmo status e proporcionar crescimento próspero de fato para todos uniformemente, ao invés disso, guarda posições sistêmicas na cadeia produtiva e financeira, na qual Estados serão inegavelmente mais fortes e influentes que outros.

Henry Kissinger formula que os impérios desejam ser o próprio sistema internacional, não querendo apenas atuar dentro de um. Essa postura imperialista se expressa bem no governo Clinton. Essa formulação caracteriza bem os esforços norte-americanos em impedir a estruturação de qualquer outra ordem monetária internacional, como um meio de garantir a sua primazia no sistema internacional. Dessa forma o governo norte-americano contava com o apoio das instituições internacionais e dos demais países capitalistas centrais para implantar a diplomacia do *Open Door* de Clinton e os Programas de Ajustes Estruturais disseminados pelo FMI e pelo Banco Mundial. Bhagwait pontua que a questão central do processo é a mudança da centralidade da ação pública para o livre mercado em detrimento do dirigismo.

O imperialismo estadunidense não se restringe apenas à área financeira e monetária, mas também a valores culturais e ideológicos. Valores democráticos e de direitos humanos, por exemplo, se destacam pois são utilizados como critérios de classificação dos Estados no sistema internacional. Esse critério se dá pelo grau de adesão aos valores neoliberais, leia-se valores americanos. Desse modo os interesses empresariais são promovidos sob a bandeira

neoliberal nas diferentes esferas, pode se citar questões de drogas, terrorismo, proliferação nuclear, religiosas e liberdade de expressão, Santos (2007, p.71, apud HUNTINGTON, 2000, p. 15). Ou seja, ao contrário de como a ideologia globalista imaginou, o projeto norte-americano não foi capaz de promover progresso e estabilidade ao sistema, evidenciando que esta não chegou nem mesmo a ser a intenção. A promessa do projeto foi se mostrando irreal à medida que os resultados se expressavam de forma contrária à forma prometida/esperada tanto no âmbito externo quanto interno, Santos (2007, p.85).

Na década de 80 explode a crise financeira causada pelo endividamento externo, a América Latina se torna o alvo de ajustes impostos pelo Tesouro americano e pelas instituições financeiras sob o pretexto de renegociação de suas dívidas, porém não passa de mais uma forma de imposição das vontades norte-americanas na região. Ao longo do período, essa atuação era facilitada sem a presença da ideologia opositora soviética, ela se focava nas estruturas externas e internas, na tentativa de retirar ou pelo menos diminuir o poder estatal da economia fechada. Utilizavam-se do pretexto da globalização para exigirem reformas estruturais a fim de promover a abertura econômica para produtos e fluxos financeiros e assim sujeitá-los a seus interesses centrais. Ou seja, a América Latina já se caracterizava como um ambiente frágil e suscetível à interferência norte-americana, Santos (2007, p.88).

Já na esfera latino-americana verifica-se que as reformas neoliberais se apresentaram de diferentes maneiras, ou melhor, a premissa era a mesma, porém o grau de implementação e os resultados sociais variavam. O motivo para os resultados díspares apresentados pela região adivinha das singularidades que cada país apresentava. Justamente pelos diferentes caminhos que se seguiram na região, a globalização neoliberal iniciou o século XXI sob duras contestações e incredulidades. Essa insegurança se intensificava com as crises de dívida externa que os países latinos sofriam, sempre consequências de desequilíbrios comerciais e financeiros dos países centrais. Corroborando essa relação causal, pode-se atentar às crises de 1873, 1890 e 1929, todas em momentos de depressão econômica nos países centrais, incapacitando os países periféricos pela diminuição do fluxo de capitais para eles Santos (2007, p.89, apud MARICHAL, 2003).

A origem das crises de endividamento se dá pela canalização de capitais ociosos dos países capitalistas centrais para os países latino-americanos em empréstimos a baixos juros, causando o endividamento. A alta do petróleo em 73 agravou o endividamento desses países de forma notável, causando desequilíbrios e recessão inflacionária. Em 79 Paul Volcker



promoveu a Política do Dólar Forte para financiar déficits dos Estados Unidos, levando os países latino-americanos a deverem três vezes mais por conta da alta taxa de juros flutuantes. Além disso, as linhas de crédito foram suspensas ou diminuídas vertiginosamente, de forma que não era mais possível refinarciar a dívida desses países, culminando na impossibilidade de pagamento. Esse ambiente gerou uma percepção sistêmica de que essa crise podia gerar um colapso internacional, fazendo com que os países credores retomassem o fluxo de capitais, Santos (2007, p.89-92).

Contudo essa retomada dos investimentos nos países devedores vinha acompanhada de recomendações políticas e econômicas, versando sobre economia recessiva, com câmbio desvalorizado e políticas monetárias restritivas. O principal problema nesse período foi a drástica mudança de ambiente, que passou de favorável e receptivo para fechado e hostil, tudo isso porque quando os empréstimos foram feitos e as dívidas contraídas o cenário era outro e os países devedores conseguiam honrar suas dívidas, porém após o os choques de petróleo, aumento do dólar e alta de juros o cenário vitimou os países periféricos devedores. Por isso o período foi referenciado por alguns estudiosos latino-americanos como “década perdida”, o único processo positivo acabou sendo o controle hiperinflacionário em alguns países, sendo eles Argentina, Brasil e Peru. Entre 1989 a 2002 o PIB da região se manteve declinando de 3% a 2% e com uma queda drástica a partir de 1997, além disso, o desemprego aumentou em mais de 5% neste mesmo período, Santos (2007, p.92-93).

Uma particularidade da crise da dívida de 80 em relação às anteriores, foi que dessa vez os credores não consideraram anular ou interromper o pagamento da dívida como já havia acontecido anteriormente, ao invés disso optaram pela renegociação fundada na difusão de suas exigências políticas. Os ajustes exigidos pelas Instituições monetárias as transformaram em ditadoras das diretrizes norte-americanas, cessando a pretensão autônoma latino-americana. Então, em 1990 estes países abandonaram a classificação internacional de “países em desenvolvimento” para se tornarem “mercados emergentes”, elucidando a intenção capitalista de abarcarem estes países em seu processo de expansão e de acordo com seus termos, Santos (2007, p.94-95).

Nessa época o economista John Williamson formulou reformas para solucionar a crise latina, essas reformas são o Consenso de Washington. Seus adeptos não reconheciam a origem internacional da crise, acreditavam que ela derivava de problemas internos, ignorando o impacto da alta do petróleo, alta dos juros e deterioração dos termos de troca. O problema

tinha sua origem guardada na estrutura institucional que esses Estados possuíam, que seria extremamente intervencionista e incapaz de controlar o déficit público, em outras palavras, um Estado grande e ineficiente. A formulação orientava para a redução do papel estatal em todas as suas diretrizes. Os Estados Unidos adotaram então o Consenso de Washington no relacionamento com os países periféricos. Esse receituário orientava as políticas dos países receptores para os objetivos geoeconômicos e geopolíticos centrais, contando com o apoio das instituições financeiras internacionais, o que transformou o Consenso em agenda ideológica, Santos (2007, p.96-97).

Segundo Santos (2007, p.98), dessa forma era sistematicamente ignorado o impacto desse posicionamento agressivo nesses países em desenvolvimento, sem reconhecer a instabilidade global que era causada, agindo com hipocrisia e injustiça, como classifica Joseph E. Stiglitz, ex-presidente do Conselho de Consultores Econômicos de Bill Clinton. Sob a máscara da globalização neoliberal a administração Clinton difundiu os valores do Consenso, encontrando facilidade em adentrar na agenda latina pela crise conjuntural que a região enfrentava. Ao longo da década de 90 o FMI e o Banco Mundial auxiliavam na implementação dos Programas de Ajustes Estruturais na região, vale lembrar que essas Instituições apesar de possuírem uma roupagem supranacional e despolitizada não o eram verdadeiramente, servindo a propósitos desenvolvimentistas norte-americanos. Desse modo, os ajustes eram apresentados como a única solução para a região retomar seu desenvolvimento.

Interessante atentar que a influência norte-americana nas instituições internacionais não era questionada pelos demais países centrais, porque eles também se beneficiavam com as diretrizes implantadas. Ou seja, esse processo foi responsável por gradualmente aprofundar a polarização econômica e desenvolvimentista entre estes Estados e os periféricos, tornando-os mais dependentes. Como já dito, a crise que se instalou se originou das economias centrais e agora também os direcionamentos para sua superação são ditados por elas, Santos (2007, p.100).

A retomada dos empréstimos a esses países só se concretizou após os países devedores aceitarem uma série de condições dos programas de estabilização econômica das instituições. Essa adesão precisava ser formalmente expressa em uma Carta de Intenções ou em um Documento de Prioridades Políticas, dando legitimidade para o comprometimento com as reformas. Porém a aplicação de fato das medidas liberalizantes não se apresentava de maneira

uniforme, cada Estado as adotava em níveis diversos e, além disso, os resultados se apresentavam muito destoantes porque as peculiaridades dos países geravam percepções e adesões diferentes, até porque setores sociais domésticos se opunham a essa adesão. As camadas sociais estavam em crise, proveniente do endividamento externo e agravada pelo déficit democrático e institucional que permeava os aparelhos estatais, desse modo, apesar de certa resistência interna, estes fatores tornavam esses Estados frágeis, Santos (2007, p.102-103).

As elites domésticas latinas em geral também se posicionavam favoravelmente a adoção das políticas econômicas neoliberais por estarem convencidas de que não havia nada a ser feito para superar o endividamento externo, além da adaptação, Santos (2007, p.103). Mas no caso brasileiro elas tiveram que se adaptar às resistências de uma burguesia industrial e movimento trabalhista organizado, sendo o motivo da demora para a efetivação do Consenso de Washington mesmo após sua adesão. O governo Fernando Henrique Cardoso foi qual começou a implantar de fato as reformas liberalizantes na economia brasileira, promovendo-as de acordo com as recomendações institucionais internacionais, reestruturando o capitalismo brasileiro com privatizações, precarização da legislação trabalhista, reformas sociais e desregulamentação econômica, Santos (2007, p.118-119).

Para promover a estabilização econômica o Brasil tutelou o Plano Real, atingindo o apogeu neoliberal estruturadamente e sistematicamente, valorizando a moeda nacional para a entrada de capital externo, o que tornou o país dependente do fluxo de capitais externos, fabricando a necessidade por empréstimos quando o fluxo estava em baixa. Mas como já dito anteriormente, para obter a ajuda internacional, era preciso ceder às exigências, o que significava que a cada acordo, mais soberania era perdida. O governo americano apoiava então o governo FHC, de forma que conseguiu agir em prol de sua reeleição através do FMI, evitando a desvalorização do real antes das eleições. Para essa ajuda, os EUA buscavam garantir a continuidade de suas premissas para o país, exigindo que os candidatos com chance de vitória presidencial tivessem que assumir compromisso formal com a continuidade das políticas para a finalização do acordo, Santos (2007, p.119-121).

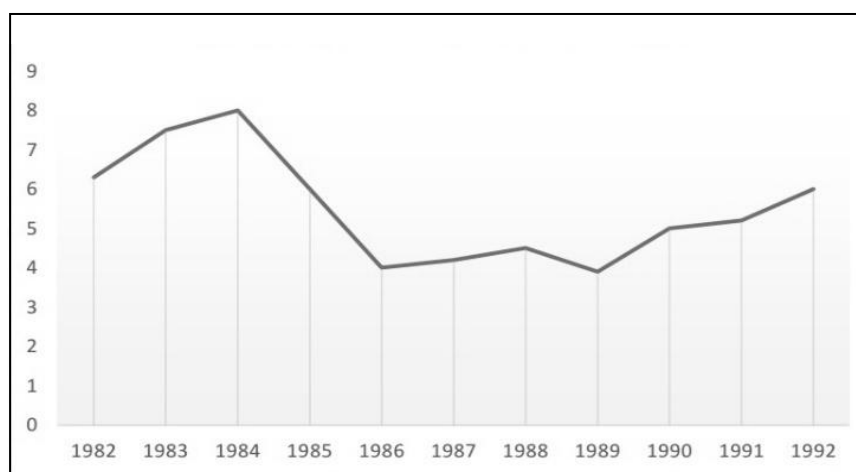
Em termos práticos isso significava que mesmo o povo elegendo seu presidente, eles não elegiam a política econômica, então mesmo o candidato opositor esquerdista vencendo, que foi o que aconteceu em 2002 com o candidato Luis Inácio Lula da Silva, ele teria que cumprir as diretrizes acordadas anteriormente. Essa subordinação gerava um déficit

democrático muito grande. Lula começa seu mandato com a obrigação de cumprir a meta de superávit imposta pelo FMI. Impossibilitando o país de tomar atitudes independentes para traçar o próprio caminho para atingir o desenvolvimento, Santos (2007, p.121). Mas a obrigatoriedade de atingir a meta pode ser vista como positiva ao passo que o crescimento medíocre é incipiente para empreender ações de combate à pobreza e mazelas sociais.

Segundo Santos (2007, p.125-126), para melhor entendimento pode-se definir que as propostas para estabilização econômica seguiam um roteiro: abertura para capitais estrangeiros com altas taxas de juros, valorização monetária e financiamento dos déficits, baixo preço para as importações e ajuste fiscal. Os bons resultados de início proporcionaram o ideário de que conforme o processo se intensificasse os resultados seriam cada vez mais prósperos. Contudo a médio prazo a dívida crescia e as atividades produtivas internas seguiam o fluxo inverso, o processo privatizador ganhava força, as condições trabalhista eram precarizadas, serviços sociais públicos se deterioravam e déficits de crescimento eram continuamente baixos. Evidencia-se que a ajuda prestada pelas instituições internacionais não eram direcionadas para salvar estes países, mas sim para salvar os países credores das crises econômicas.

Esse salvamento seletivo sujeitava as nações latino-americanas a condições que nem sempre eram adequadas para seu ambiente interno. Não havia compromisso com a qualidade de vida social, política e institucional dos países, então mesmo quando um crescimento se verificava, ele não ocorria de forma sustentável. Essa insustentabilidade do modelo macroeconômico não permitia que os Estados periféricos vencessem o abismo que os separavam dos Estados centrais, pois com a soberania reduzida a tendência é a degradação das instituições. Nesse sentido é interessante tomar nota de alguns dados, como o aumento da pobreza em 10 milhões de pessoas na década de 90, segundo o Panorama Social da América Latina da CEPAL, além disso, em 2005 estimativas apontam para mais de 220 milhões de pessoas vivendo com menos de 2 dólares por dia e a dívida externa duplicou em relação a 1990, atingindo os 809 bilhões de dólares em 2000.

**Gráfico 2-** Taxa anual média de desemprego urbano no Brasil (%).



Fonte: IBGE.

De acordo com Velasco e Cruz, começa a ser questionado se o ingresso a um sistema industrial globalmente integrado seria realmente a forma de se alcançar o desenvolvimento. A posição periférica da América Latina na dinâmica capitalista exacerbou precariedades sociais e econômicas, o que resulta em anomia endêmica, instabilidade política e vulnerabilidade social. Tendo em vista este ambiente inseguro, parcelas populares buscam sua inserção e ascensão econômica através de meios não legítimos ao passo que as instituições democráticas vão perdendo o reconhecimento legítimo da população. Essa vulnerabilidade social proporciona lacunas domésticas que permitem o surgimento de líderes políticos populistas, que simpatizam com as deficiências sociais encontradas e trazem propostas de rompimento com este ciclo de miséria. Contudo, apesar das crises sociais serem uma característica comum entre os Estados, a Bolívia era o país que mais apresentava crises de governabilidade e ameaçava a região como um todo.

Em relação aos Ajustes Estruturais novamente, as economias deveriam reproduzir o interesse dos países centrais e as relações trabalhistas se degradaram em benefício das grandes corporações através da redução de direitos trabalhistas e condições salariais. Em decorrência disso, percebe-se um aumento do êxodo rural, das atividades informais e a violência nas cidades. Esses impactos domésticos acarretaram o apoio popular a governos que se propunham a romper com o modelo neoliberal, porém dificilmente esse direcionamento se concretizava após as eleições. Por conta disso, articulações de movimentos sociais opostos ao projeto neoliberal passaram a surgir, estimulando ações coletivas para denunciar os efeitos

negativos na população regional. Podemos citar os sem-terra no Brasil, os cocaleiros na Bolívia, movimentos camponeses no Paraguai entre tantos outros, Santos (2007, p.128-131).

Lentamente a sociedade latino-americana tenta reagir, na tentativa de redefinir suas relações internas e externas. Como forma de reação social latina verifica-se a eleição de candidatos de esquerda em vários Estados regionais, como Néstor Kirchner na Argentina, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Lula no Brasil, entre outros. Porém após eleitos nem todos os governantes realmente levavam a cabo o rompimento com o modelo neoliberal. No Brasil, Lula diminuiu o movimento privatizador, porém permitiu alta taxa de câmbio, superávit fiscal primário, reformou a previdência social e manteve a desregulamentação trabalhista, Santos (2007, p. 132). Nesse período, entre 2003 e 2006, o fortalecimento da posição brasileira não deve se creditar totalmente ao governo doméstico, mas a um contexto sistêmico que diminuiu a taxa de juros internacionais e aumentou o preço das commodities. É preciso observar outros impactos que o caminho desenvolvimentista latino sofreu e que não teriam ocorrido sem a globalização, como a nova estruturação produtiva, dissociada dos planejamentos de desenvolvimento nacional através da substituição de importações, sua formulação inserida no mercado global, as empresas se tornaram mais eficientes e tiveram a qualidade dos serviços prestados aumentada.

A história latino-americana está imersa em questões sociais que perduram desde os seus primeiros passos, como Ocampo observou, a “globalização reproduz antigas assimetrias e cria outras novas”. Cidadania, democracia, soberania e emancipação são valores que vão sendo recolocados nas pretensões sociais populares dos países que enfrentaram com profundidade intrínseca os resultados do processo. Sendo assim, vemos que as tendências neopopulistas estavam sendo formadas historicamente, paralelamente ao crescimento da vulnerabilidade como traço dominante. Segundo Belluzo e Almeida (2002, p.17), “as tentativas de estabilização ao longo dos anos 80, foram sistematicamente derrotadas pela incapacidade dos Estados nacionais da periferia não só de compatibilizar o ajustamento do balanço de pagamentos e a reordenação das finanças públicas, mas também de enfrentar a resistência à mudança dos grupos enriquecidos da sociedade”.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desenvolveu o conceito de vulnerabilidade social, que se refere aos resultados sociais apresentado nesses países periféricos após a inserção no sistema econômico. Relaciona a precariedade social e econômica da região de acordo com vários fatores apresentados, como pobreza, fome,

desemprego, informalidade e aumento na disparidade da concentração de renda. O Panorama Social da América Latina (1999-2000, 2000, p.13) expõe que a sociedade se sente insegura e indefesa conforme a exclusão social e a propagação de drogas e o aumento da violência se tornam mais generalizados. Um grande problema desse contexto é a percepção popular, que se torna cada vez mais hostil aos aparatos institucionais por não reconhecerem neles o monopólio legítimo da força, o Estado como incapaz de resolver os seus próprios problemas sociais domésticos (VIGEVANI, OLIVEIRA, 2005, p.193-195).

Nesse sentido Weffort disse em 1990 (p.11) que a manutenção democrática se daria através da capacidade do Estado em resolver os problemas socioeconômicos. No contexto da América Latina depreende-se então que apesar da democracia ter tido sucesso em sua consolidação, a população não reconhece motivos para julgá-la como eficaz. A opinião pública insatisfeita cria um sentimento de *apartheid* em relação ao resto do mundo (países centrais), pois não se reconhecem como parte desse sistema, visto as consequências devastadoras domésticas que a inclusão no processo capitalista causou. Kliksberg inclusive observa que a América Latina é a região com maior desigualdade do mundo e que a promessa de desenvolvimento se virou contra a própria região. Entre outros caminhos, isto pode levar a formas não tradicionais, leiam-se apolíticas, de expressão social, transferindo da esfera legítima para a esfera ilegítima as perspectivas de ascensão social. Em 2003, 65% dos brasileiros não se importariam com um governo não democrático desde que ele resolvesse os problemas econômicos do país, segundo as pesquisas do Latinobarómetro (VIGEVANI, OLIVEIRA, 2005, p.195).

**Quadro 1-** Evolução da pobreza 1990 a 2004 (volume da população)<sup>a</sup> na América Latina.

	1990	1997	2000	2001	2002	2003/b	2004/b
Indigentes	93	89	88	92	97	100	96
Pobres não indigentes	107	122	119	122	124	126	126

<sup>a</sup> “b” são projeções.

Fonte: CEPAL, Tabelas Especiais de pesquisas de domicílios.

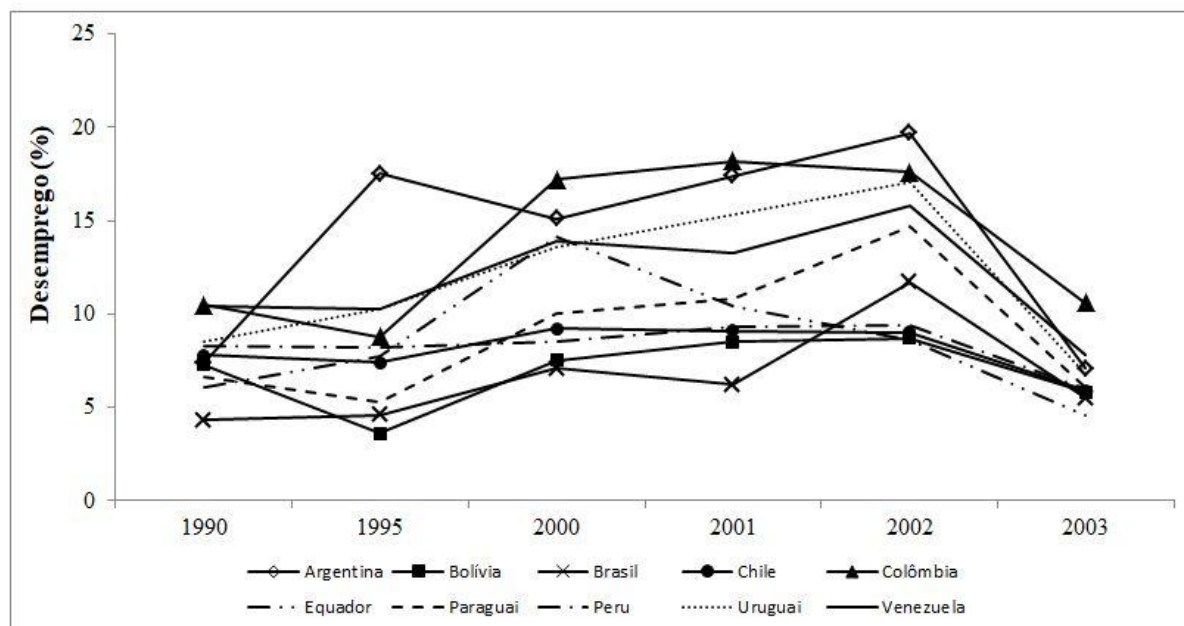
A deterioração socioeconômica e a vulnerabilidade social são conceitos que se relacionam, assim, as esperanças depositadas no regime democrático quando da sua implantação se mostram defasadas no decorrer do processo. O conceito de vulnerabilidade social compreende os problemas que a região latina enfrentou nas décadas a partir de 80. O

Panorama Social que a CEPAL produz, traduz através de dados estatísticos esta relação, por exemplo, em 80, 41% da população latina se encontrava abaixo da linha da pobreza, em 2000 se elevou 1%, número que continuou evoluindo nos anos seguintes. Esses dados remontam a trajetória histórica de estratificação social que a região sofre, tendo em vista a população escrava e indígena do processo de constituição populacional da região, que já viviam em situação de marginalidade. A existência das divisões sociais históricas é agravada pelos impactos sociais, que dão base para as teorias de sensação de *apartheid*, assim como Fanon (2002) também fala, os “deserdados da terra”, sensação social de perda de espaço no mundo naturalizada pela forma da inserção periférica do sistema (VIGEVANI, OLIVEIRA, 2005, p.197-198).

Muitas instituições e organizações internacionais consideram a saúde e o emprego como indicadores precisos do progresso social, isto é, quanto mais o Estado é capaz de garantir esses aspectos da melhor maneira possível, mais próspero e eficiente ele é, cumprindo o seu papel de garantidor de direitos e de organização social. Segundo Vigevani e Oliveira, 2005, p.200-201, o desemprego na região cresce mesmo sem se verificar o aumento populacional, segundo dados da CEPAL o número de desocupados aumentou em 11 milhões de 1980 a 2000, em decorrência da interrupção da prosperidade econômica em que os países se encontravam no início do processo. A falta de, além de trazer consequências emocionais, causa a busca por outras formas de sobrevivência, a camada jovem estando desocupada já se encontra em uma situação de exclusão social e tendenciosamente os expõe a situações de buscar novas formas de sobrevivência e, mais importante, de se interessar por movimentos sociais que busquem solução para essa situação, seja através do contrato social, seja através da marginalidade.



**Gráfico 3-** Desemprego urbano na América Latina.



Fonte: CEPAL.

Outro aspecto que merece uma atenção maior é a violência, que apresentou grande crescimento desde a década de 90, se tornando a segunda região mais violenta do mundo. Essa questão não dialoga apenas com a segurança, mas também com o ambiente social e político. Esse aumento expõe a deterioração da qualidade das relações sociais na região, sendo o maior número de vítimas pessoas com baixa renda e em cidades maiores, mais uma evidência da insegurança social. A falta de garantia e manutenção dos níveis de segurança social denotam a incapacidade do aparato estatal. Alguns motivos elencados para esse aumento são: o alto nível de desemprego e baixa qualidade educacional. Assim, melhoras tanto no acesso educacional quanto em sua qualidade e reestruturação econômica para maior oferta de empregos aparecem como fatores para prevenção da criminalidade. A criminalidade não é só perigosa no presente, mas também no futuro próximo, no sentido de as crianças e jovens reconhecerem nesses métodos ilegais oportunidades e gerar efeito imitação (VIGEVANI, OLIVEIRA, 2005, p.205-207).

O aparato institucional se apresenta ineficaz para garantir os direitos que são assegurados pela legislação, não gerando as condições que são necessárias para a prosperidade do modelo econômico na região juntamente com a manutenção da qualidade

social. Em alguns países como Brasil, México e Venezuela o nível de satisfação com a democracia aumentou, porém, esses níveis se verificam em momentos das melhoras econômicas e sociais proporcionadas por situações conjunturais. É possível tomar o exemplo venezuelano, no qual o apoio ao regime democrático aumentou com o surgimento do governo Chávez, que trouxe esperanças e novas perspectivas para a população. Dessa forma é possível concluir que há uma relação entre o desempenho do governo atual e a satisfação com o regime, porém nem sempre diretamente expressada (VIGEVANI, OLIVEIRA, 2005, p.208-211).

Essa relação se verifica no Brasil, em que nos momentos de crise econômica os índices de apoio democrático caíram e no momento das eleições de 2002, com uma nova proposta de governo, verificou-se grande aumento na adesão do regime e no ano seguinte também, segundo Vigevani e Oliveira, 2005, p.212. A condição social do país é essencial para a consolidação democrática. Esta condição se reflete também em perspectivas. Como a política liberal foi grande responsável pela vulnerabilidade social estabelecida, resulta daí grande esperança depositada nas promessas de melhora sistêmica e estrutural, pois a sociedade anseia por políticas emergenciais. Os governos neopopulistas se destacam na conquista eleitoral então, havendo predisposição popular para programas públicos de melhoria na distribuição social, ou seja, planos de governo que se voltam para políticas assistencialistas contam com apoio eleitoral.

No Brasil, as regiões metropolitanas, especialmente a região paulista, sofreram grande impacto no decorrer dos anos em relação a sua qualidade de vida. Esse impacto demonstra-se na deterioração dos serviços públicos, educação e saúde. A estrutura industrial econômica após se inserir no sistema global se apresenta fragmentada, especializada e regionalizada. O processo não abarca a totalidade do país, de modo que ao passo que algumas regiões apresentaram grande impacto, por vezes positivo e por vezes negativo, outras foram mantidas fora do raio de impacto. O setor do agronegócio é o único que conseguiu se manter com uma balança de efeitos positivos, apesar de ser regionalizado e contar com volatilidade de preços. Entretanto, mesmo após anos desde a adesão ao processo, o endividamento público não dá mostras de recuperação, e o aparato público parece estar de mãos atadas em decorrência da histórica retirada de seu intervencionismo. Desse modo, o Estado brasileiro não consegue suprir seu papel institucional em prover serviços sociais de base para o desenvolvimento nacional.

Candidatos neopopulistas resguardam alguns atributos conceituais em comum, sendo eles: a presença de uma liderança personalizada e paternalista; a natureza multiclassista, que engloba desde setores urbanos populares, como questões agrárias e das minorias, mas principalmente contra o setor burguês influente; possuem ideologia “revolucionária” que busca alterar o *status quo*; e políticas assistencialistas para atingir até os setores desprovidos das graças da globalização. Esse tipo de governo busca compensar socialmente, por meio de políticas assistencialistas, o impacto negativo da globalização e da inserção no sistema econômico, assim o carro chefe do governo são os objetivos populares. Contudo este tipo de governo sofre constrangimentos do sistema internacional.

Porém todo esse conjunto de processo histórico que a região sofreu logrou baixa confiança nas instituições e nos governos regionais, resultado da incapacidade política e econômica do governo de prover justiça social e melhor redistribuição econômica. Então o apoio ao regime democrático não encontra tantas bases concretas para se apoiar, visto que não alcançou os benefícios que a população necessita. Contudo, a democracia da região dá sinais do quanto sua trajetória a fez forte e consolidou suas bases, pois apesar de todos os contratempos que ela enfrentou no contexto regional, ainda assim persiste. No caso brasileiro, por exemplo, a democracia sobreviveu às crises econômicas e a alta deterioração moral institucional e, além disso, passou por dois eventos muito expressivos de suas bases e dos anseios populares, o impeachment de Collor e a eleição de um candidato esquerdista em 2002. Sendo assim, a população demonstra apoio a governos que se propõe a olharem para um aparato institucional mais igualitário socialmente e menos permeável a interesses de extratos sociais superiores.

O processo de ascensão de governantes de esquerda, com propostas que realmente confrontavam os planos de governo vigentes, se denominou “onda rosa”, por serem políticas sociais, mas que não necessariamente caracterizam planos de governo socialistas e revolucionários. Fabrício Pereira da Silva (2010) diz que, se deu de forma relativamente sincronizada e foi delimitada regionalmente apesar de cada país possuir suas especificidades. O processo é marcado pelo ineditismo e pela não omissão estatal, o Estado voltaria a intervir na vida doméstica, com forte sentimento nacionalista.

## CAPÍTULO 2 – O QUE É A “ONDA ROSA”?

### 2.1 REAÇÃO AO NEOLIBERALISMO

O liberalismo imposto para a América Latina na década de 90 para superar a crise da chamada “Década Perdida” serviu para agravá-la ainda mais, de forma que movimentos de esquerda começaram a ganhar força na região legitimamente, através de processos eleitorais democráticos. Esse movimento, em suma, buscou a construção de uma identidade sul-americana, abarcando projetos de integração regional, valorização das relações entre a própria região e desenvolvimento nacional para superação da crise, tudo isso através de um Estado atuante e não mais telespectador como o liberalismo propunha. Pouco a pouco a busca por alternativas para solucionar os problemas sociais e econômicos da região foram chegando ao poder. Vadell (2011) pontua os fracassos do Consenso de Washington: índices de crescimento e indicadores sociais agravados, o colapso institucional e fiscal da região e o fracasso ideológico, por não cumprir com suas promessas ao não atingir o estado social prometido.

Lanzaro (2007) frisa a relação estreita que o liberalismo e a globalização têm com as marcas profundas da América Latina em suas sociedades e economias, a responsabilidade pela: grande parcela de população em nível de pobreza, altos índices de desigualdade social, marginalização, entre outros problemas mais ou menos expressivos. O sentimento de decepção tomou conta da população, que havia acreditado nas promessas neoliberais, uma vez que não possuía caráter produtivo de geração de renda e emprego (PEDROSO, 2014). Desse modo, os partidos de esquerda surgiram como uma solução aos profundos problemas que a adoção dos preceitos neoliberais trouxeram. Por isso, a onda de esquerda pode ser interpretada como um contramovimento à tendência liberal.

Antes de analisar o movimento, é preciso especificar qual critério está sendo adotado para classificá-lo. Bobbio (1995) determina “esquerda” e “direita” a partir de dois princípios: igualdade e liberdade. A esquerda entende as desigualdades como aspectos sociais e por isso, elimináveis, sendo possível a busca pela redução das desigualdades sociais. A direita entende o contrário, que as desigualdades são naturais, ou seja, intrínsecas à sociedade e por isso não são passíveis de eliminação. Em suma pode-se compreender que nesse conceito, a esquerda é mais igualitária e a direita menos.

O elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de “esquerda”, e como tais tem sido reconhecidos, é o igualitarismo, [...] não como uma utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais. (BOBBIO apud SILVA, 2008, p.2).

O conceito de direita e esquerda aqui adotado também tem contribuição teórica de Kurt Weyland (2009). O autor classifica que a esquerda acredita em um mundo diferente, ou seja, na melhoria do estado atual, e que a identidade é construída socialmente, já a direita prefere manter as estruturas existentes e classifica a identidade do indivíduo, assim como a natureza humana, como imutável. Ainda segundo Weyland, a direita entende as forças naturais do mercado, relegando o Estado a status garantidor do funcionamento do mercado. Já a esquerda se opõe a essa ideia, trazendo a participação democrática, submetendo a economia também a critérios sociais e políticos para decisões.

O fenômeno mudou completamente a forma da região se relacionar com o resto do mundo e consigo mesma, Chodor (2015) entende que o tema é tão expressivo que é necessário seu estudo, porém grande parte da literatura negligencia o assunto, analisando-o descritivamente e superficialmente. Chodor afirma também que a Onda Rosa pretende superar a presença hegemônica norte-americana. Nesse sentido, mesmo fazendo parte do mesmo movimento, Brasil e Venezuela, representam projetos diferentes para a região, sendo o projeto bolivariano radical e o PT no Brasil como uma “revolução passiva”, combinando a manutenção de aspectos neoliberais com novas estruturas e políticas de desenvolvimento regional.

O projeto neoliberal de privatizações, desregulamentação, corte de gastos com políticas públicas e liberalização do comércio, livre da interferência estatal se esgotou no final da década de 90, dando espaço para os discursos anti neoliberalismo, em um contexto no qual a população dos países latino-americanos havia sido afetada duramente, ou seja, além de não resolver os problemas sócioeconômicos existentes, ainda os aprofundou. Como esse modelo econômico não funcionou e não trouxe os efeitos prometidos, os partidos, bem como seus governantes de direita e centro-direita foram enfraquecidos enquanto os expoentes de esquerda ganhavam visibilidade. Além disso, a interferência internacional imperialista dos EUA e de algumas organizações internacionais era grande, recaindo sobre eles também a responsabilidade por esse contexto de fratura socioeconômica.

Dentre todas as variações que o movimento possui, é possível adotar um termo genérico que lhes dê unidade: a denominação de “governos progressistas”, segundo Pereira da Silva. O termo traz um sentido de transformação, superação do contexto que os países enfrentavam de modo geral, o termo traz a ideia de saída do contexto anterior, contrariando uma manutenção do status quo anterior. Dessa forma, é possível denominar a Onda Rosa como uma era progressista na América Latina. Nesse sentido, a construção de mecanismos de integração regional foi uma ferramenta importante para a unidade do movimento, instituições como UNASUL e CELAC surgiram, além de um redirecionamento de ênfase das instituições existentes, como o Mercosul. Vale lembrar que, Brasil e Argentina disputavam historicamente pela hegemonia intra-bloco, mas a necessidade do contexto da época ocasionou a aproximação dos dois países para a construção de “uma nova institucionalidade regional” (PEDROSO, 2014).

Na década de 90, a ideia era a de que as próprias forças do mercado eram suficientes para conduzir a economia nacional, de forma que o Estado precisava se diminuir para dar a liberdade necessária para o neoliberalismo, porém com essa nova tendência, a unidade do movimento fica por conta do reconhecimento de que é preciso regular e complementar o mercado com um Estado atuante e efetivo. A partir de 1998 partidos de esquerda e centro-esquerda começaram a chegar ao poder, porém suas trajetórias guardam diferenças entre si. A redemocratização possibilitou a existência e estruturação de forças legitimamente viáveis que, ao longo dos anos, foram se consolidando e, por fim, foi possível exprimir que a democracia latina era efetiva.

O fenômeno teve força total por aproximadamente 15 anos, com adesão de aproximadamente 10 países (o número pode variar de acordo com a classificação de esquerda adotada). O fenômeno é denominado “Onda” por sua sincronia e delimitação regional, sendo um processo inédito e único na América do Sul. Por ser um processo constituído por diversos países, apresenta várias nuances, tendo características gerais coincidentes e possuindo especificidades locais. Essa característica multifacetada faz com que o movimento tenha um alto nível de complexidade, pois ao mesmo tempo em que existem princípios gerais, as diferenças podem ser muito grandes entre si. Já a inspiração do nome, veio do movimento de ascensão de partidos de centro-esquerda na Europa, porém não guarda tantas relações com ele, o que não impede o aproveitamento da expressão.

Tal ascensão, por sua relativa sincronia e delimitação regional, constitui em si mesma um processo sociopolítico único, que pode ser compreendido em seu conjunto (uma “vaga” de esquerda a percorrer a região), com diversas características coincidentes – mas com suas especificidades locais. (SILVA, 2010, p.1)

Em 2011, os Estados da América Latina juntamente com o Caribe formalizaram a Comunidade de Estados Latino- Americanos e Caribenhos (CELAC), esse evento foi marcante por mostrar a intenção de independência regional, pois desde 1823 a região era considerada o “quintal” dos Estados Unidos através da doutrina Monroe (Santos, pg. 107). Porém, a insatisfação com a forte presença americana na região se iniciou muito antes, a grande força motora faz raiz na Onda Rosa. O grande volume de países a aderirem a guinada à esquerda e o ineditismo são cruciais para ambientar um novo momento político e econômico. É importante deixar claro que a heterogeneidade do movimento, apesar de relativa sincronia, é resultado de trajetórias distintas, que por sua vez, geram resultados diferentes nos países, ambientando estruturas distintas e qualidade democrática variável.

## **2.2 A ONDA: REFUNDADORES E RENOVADORES**

A Onda Rosa tem seu início propriamente em 1998, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, após um colapso institucional, em seguida veio Ricardo Lagos no Chile em 2000, Luis Inácio Lula da Silva no Brasil em 2002, Nestor Kirchner na Argentina em 2003, Tabaré Vázquez no Uruguai em 2004, Evo Morales em 2005 na Bolívia. Em 2006 Lula e Chávez foram reeleitos, Michele Bachelet foi eleita como sucessora de Lagos no Chile, no Equador Rafael Correa chega ao poder em 2006 e Daniel Ortega na Nicarágua. 2007 foi a vez de Alvaro Colom na Guatemala e Cristina Kirchner na Argentina como sucessora de seu marido. Em 2008 Fernando Lugo é eleito no Paraguai. Em 2009 Maurício Funes passa a governar El Salvador, José Pepe Mujica é eleito no Uruguai e Equador e Bolívia reelegem seus presidentes esquerdistas. Em 2010 Lula reelege sua sucessora Dilma Rousseff, sendo um marco como a primeira presidente mulher do país.

Já em 2011 Ollanta Humala chegou ao poder no Peru, Cristina Kirchner foi reeleita na Argentina e Daniel Ortega na Nicarágua também. No ano de 2012 Chávez se reelegeu, porém em 2013, com sua morte, novas eleições foram convocadas e mais uma vez um representante esquerdista foi eleito, Nicolás Maduro, seu sucessor. Equador reelege Correa, Michele Bachelet retorna ao poder no Chile e Salvador Sánchez Cerén é eleito como sucessor de

Maurício Funes em El Salvador. Percebe-se que essa tendência marcou a política da América Latina da mesma forma que anteriormente a expansão de políticas neoliberais havia marcado. A sua capacidade de reprodução é uma característica marcante, pois além de atingir cada vez mais países, vários governos conseguiram se reeleger, seja com os mesmos governantes ou com sucessores dos mesmos partidos.

**Quadro 2-** Vitórias presidenciais e mandatos das esquerdas (1998-2014)

<b>PAÍS</b>						<b>ELEIÇÃO E MANDATO EXERCIDO</b>					
<b>Venezuela</b>	Hugo Chávez 1998	Hugo Chávez 2000	Hugo Chávez 2006	Hugo Chávez 2012 (*)	Nicolás Maduro 2013						
<b>Chile</b>	Ricardo Lagos 2000	Michelle Bachelet 2006	<i>Interregno de Centro-Direita**</i>	Michelle Bachelet 2014							
<b>Brasil</b>	Luiz Inácio Lula da Silva 2002	Luiz Inácio Lula da Silva 2006	Dilma Roussef 2010	Dilma Roussef 2014							
<b>Argentina</b>	Néstor Kirchner 2003	Cristina Kirchner 2007	Cristina Kirchner 2011								
<b>Uruguai</b>	Tabaré Vázquez 2004	José Mujica 2009	Tabaré Vázquez 2014								
<b>Bolívia</b>	Evo Morales 2005	Evo Morales 2009	Evo Morales 2014								
<b>Equador</b>	Rafael Correa 2006	Rafael Correa 2009	Rafael Correa 2013								
<b>Nicarágua</b>	Daniel Ortega 2006	Daniel Ortega 2011									
<b>Paraguai</b>	Fernando Lugo 2008 ***										
<b>El Salvador</b>	Mauricio Funes 2009	Salvador Sánchez Cerén 2014									

\*Não iniciou o mandato devido a falecimento em 5 de março de 2013.

\*\*Sebastián Piñera foi eleito em 2010 e governou de 2010 a 2014.

\*\*\*Mandato interrompido por golpe parlamentar.



Fonte: “Da Onda Rosa à era progressista: a hora do balanço”, Fabrício Pereira da Silva, 2014.

A propagação de governos de esquerda pode ser explicada por um conjunto de fatores, dentre eles: desejo por organizações fluidas e flexíveis; propostas ideológicas adaptativas, que abarcavam públicos-alvo diferentes; terem entrado em cena de forma democrática, ou seja, com apoio popular; a baixa inclusão político-social era marcante de forma geral na região; e por fim, o fator mais gritante, a oposição ao modelo neoliberal político e econômico. Nesse contexto, surgiram duas vertentes diferentes do mesmo movimento, segundo Fabrício Pereira da Silva (2015): uma vertente “refundadora”, com propostas mais radicais de reconfigurar as relações de poder e reconstruir as instituições, e outra vertente “renovadora”, mais limitada e moderada, com a intenção de renovar as políticas públicas e as relações sociais de forma mais gradual e menos brusca. Pode-se dizer que ambos os modelos de esquerda que chegaram ao poder se traduzem em processos de reforma de algo, mesmo que de forma menos radical.

Jorge Castañeda (2006) vai ainda mais a fundo, ele separa os governos de esquerda entre “esquerda má” e “esquerda boa”, deixando países como Venezuela, Bolívia e Equador na posição de esquerda má e países como Brasil, Chile e Uruguai como esquerda boa. Dentre essas duas divisões, ele ainda subdivide em três outras linhas: os “liberais”, os “bolivarianos” e os “moderados”. Os “liberais” são os países que possuem tratados de livre comércio com os Estados Unidos, sendo eles: Colômbia, Chile e Peru. Estes países, apesar de características de esquerda não romperam com o modelo econômico liberal. Venezuela, Bolívia e Equador formam o grupo chamado de “bolivarianos”, eles se caracterizam por romperem com o aparato estatal tradicional, refundando formas de relacionamento popular e permitindo maior participação estatal na economia para defender o princípio de soberania nacional. Por fim, a denominação de “moderados” se aplica à Argentina, Uruguai e no seu principal representante, o Brasil. A principal característica é que a agenda desses países não possui um discurso de ódio aos Estados Unidos e também não buscam tratados especiais com ele, por essa razão o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) possuem sentido econômico, político e estratégico da região.

O fim da Guerra Fria, seguido do fim da bipolarização, abriu espaço para as esquerdas atuarem de forma menos restritiva, pois o “perigo” socialista já não era mais iminente. Como

a luta contra o comunismo deixou de existir, a forte presença internacional na região latina passou a não fazer mais sentido, não havendo mais motivos para justificar a política intervencionista dos Estados Unidos (CASTAÑEDA, 1996; SILVA, 2010), permitindo que governos de esquerda com ideologias diversas fossem eleitos e exercessem o poder de forma legítima e democrática. Nesse sentido, o antineoliberalismo é uma característica geral do movimento em suas nuances, mesmo nas mais atenuadas o desejo de permanecer no mesmo contexto de inserção internacional não existia, alguma mudança, mesmo que estrutural era necessária.

A economia é o grande campo divergente entre formas refundadoras e renovadoras de governos de esquerda. Os renovadores se utilizam de mecanismos de regulação, investimentos em outros setores, coalizção com outros setores produtivos, além de preservar elementos das políticas econômicas neoliberais. Já a forma refundadora busca intervenção de forma ativa, controlando preços e câmbio e aumentando o número de empresas estatais. No campo social um elemento é comum, podendo ser visto como uma essência do movimento, como afirma Soares de Lima (2008), “políticas de inclusão social amplas e generosas constituem um elemento comum e definidor desses governos” (p.13). Talvez a única exceção a esse aspecto político-social sejam as Missões Venezuelanas.

A eleição de Lula tem grande impacto no contexto da América do Sul, pois figura como o primeiro candidato de origem pobre para ocupar o papel presidencial no maior país da região. Esse fato é uma consequência dos desejos nutridos pela maioria populacional: diminuir a desigualdade social no país, através da priorização de políticas para inserção das classes mais baixas ao mercado consumidor e, dessa forma, estimular o crescimento da economia. O contexto de sua eleição, de qualquer modo, já era favorável, pois, diferentemente dos governantes de esquerda eleitos antes dele na região, Lula veio em um momento favorável, com agendas próximas a de seus vizinhos. Como exemplo, basta observar a resistência que Chávez enfrentou por ser o primeiro a apresentar ideias de esquerda estruturadas em um plano de governo.

### **2.3 OS ESTADOS E A ONDA**

Outra característica da Onda Rosa é o Estado redistributivo, detentor de um papel central na economia e com finalidade progressista. Na intenção de promover

acessibilidade a outras camadas sociais através da promoção de distribuição de renda, os governos adotam gastos sociais para incluí-las na parcela consumidora e, assim, aquecer o mercado. Sant'Anna, Pereira da Silva (2008) p.175, pontua que a “análise dos gastos sociais recentes mostra a grande atenção dada a políticas de transferência de renda (...) eles apresentam esforços de alcance de um gasto mais progressivo, numa relação inversa à renda.” Nesse sentido, o caso brasileiro é marcante, o programa Bolsa Família se constitui como uma política social-econômica focalizada de governo, que guarda essa relação inversa à renda e tem caráter temporário, apesar de não ser universal, aponta para valores universais na tentativa de constituir novos direitos.

Nos anos 2000 especialmente, os países latinos em geral deixaram de recorrer aos pacotes do FMI, podendo se posicionar de forma independente por não estarem sujeitos às condições dos EUA de forma indireta. Em relação a indicadores sociais, desde a chegada ao poder dos governos esquerdistas, os países passaram a apresentar uma melhora significativa, porém não é possível concluir com certeza se são decorrência mais do impacto dos programas sociais ou do crescimento econômico experimentado pela região. A pobreza e o índice de população abaixo da linha da miséria vem se reduzindo e até mesmo a desigualdade social que permeou os anos de 2009 e 2010 vem apresentando uma diminuição, em alguns países mais rapidamente e em outros menos. Em contrapartida, governos conservadores das tendências liberais apresentam indicadores mais erráticos em todos esses aspectos.

Os partidos de esquerda que deram origem aos governos progressistas defendiam um maior envolvimento e participação da sociedade, nesse sentido pode-se notar nestes países um aumento da “porosidade estatal”. No Brasil, desde o início do governo Lula essa tendência vem sendo notada na prática, através da instituição de conselhos setoriais nacionais de participação e conferências setoriais nacionais. Avritzer (2010) classifica esses mecanismos como políticas de governo originais, distinguindo o modelo brasileiro de outros modelos latino-americanos.

Na esfera internacional, os governos progressistas buscaram se relacionar de forma mais autônoma com instituições internacionais, se inserindo em discussões em torno da regulamentação global, aumentando seus vínculos com países não tradicionais (os países emergentes) e países tradicionais (União Europeia). Na prática esse movimento foi notado com êxito, como exemplo pode-se observar o bloqueio do projeto da ALCA de integração econômica do continente, proposto pelos EUA no início da Onda Rosa. Nesse ponto

vemos uma bifurcação nas tendências de comércio internacional, os governos progressistas priorizavam a integração regional, enquanto os governos conservadores buscavam acordos bilaterais com os EUA, porém com participação também na integração local. Essa tendência se expressa bastante no Mercosul, que na década de 80 tinha um caráter político-estrutural e, nos anos 90, passou a se voltar para conteúdo mercantil. Essa relação dos governos com a região e paralelamente com a execução de acordos bilaterais fora da área, se denomina "regionalismo aberto".

Contudo, apesar de a Onda Rosa ter se reproduzido desde 1998 na região, atualmente vemos um retraimento desse movimento em decorrência da desaceleração econômica, visto que o desenvolvimento regional atingido por esse movimento anteriormente é bem mais expressivo que sua capacidade transformadora atual. Segundo o jornal internacional Financial Times (FT apud Barros 2014), o aumento das commodities foi o que proporcionou aos governos da época áurea do movimento margem de manobra, podendo utilizar dessa receita para investimentos em programas sociais. Somado a isso, a ascensão das economias emergentes em nível mundial após o fim da ordem bipolar é um fator que contribuiu para uma maior atuação no cenário intencional, principalmente por parte do Brasil.

Quando a crise global de 2008 começou a dar seus primeiros passos em 2007, foi natural pensar que os governos de esquerda seriam afetados, que os governos progressistas seriam punidos e que as instituições da região entrariam em um momento de instabilidade, revertendo a tendência esquerdista. Entretanto, a região não foi tão fortemente afetada de início como se imaginou, em 2009 alguns países sofreram, mas com recuperação rápida através da implantação de medidas anticíclicas. A Venezuela foi atingida apenas em 2010, enfrentando dificuldades para se recuperar especialmente pelo baixo valor do petróleo, principal economia do país.

Em uma análise geral mais atual, é possível observar que o movimento está enfrentando sinais de esgotamento de sua reprodução, principalmente por seus modelos econômicos e sociais, da forma que foram construídos, estarem perdendo a força. Essa conclusão é feita a partir da observação de que a estabilidade dos níveis de crescimento já vivenciada anteriormente encontra dificuldades em se expressar. A inflação e a pequena margem para investimentos em infraestrutura também passam a expressar essa tendência. Um fator importante a ser citado é que, tanto os países mais reformistas quanto os

refundadores estão enfrentando esses índices em algum momento, segundo Fabrício Pereira da Silva (2018, p. 18).

Outro caso venezuelano traz uma importante questão á tona, após a morte de Chávez e a acirrada eleição de Maduro, foi exposta a dificuldade de substituir a liderança anterior, mostrando a estreita relação que o processo tem com o líder. Traçando esse paralelo, vemos esse caso se expressar no Brasil também, em que o movimento ascendeu sempre com observações sobre a pessoa física de Lula e suas características diplomáticas. O Brasil se tornou um expoente da Onda Rosa não só pela sua magnitude regional, mas principalmente pela figura do seu líder, no qual vários partidos buscaram o apoio lulista e do PT em outros países para sua eleição e reeleição. Dessa forma, Lula além de colaborar com as eleições de governantes esquerdistas em outros países, também se reelegeu e elegeu sua sucessora. Podendo concluir a estreita relação do líder como pilar principal do movimento.

Como visto nos últimos processos eleitorais os partidos progressistas conseguiram se manter no poder, mostrando que a Onda Rosa ainda tem força na região. Fazendo uma projeção de modo geral, o ciclo de governos esquerdistas viveu uma época de estabilidade na região, mas passa a conviver com uma nova direita, que possui elementos progressistas, assim como as esquerdas continuam sem superar totalmente aspectos neoliberais. Os governos progressistas mais atuais, vão se desenvolvendo e adquirindo novos desenhos, mantendo paradigmas neoliberais, agregando setores sociais em suas políticas e estabelecendo novos direcionamentos. Percebe-se que a tendência é cada vez menos radical, estabelecendo um processo lento, porém consistente de posicionamento internacional e de enfrentamento dos problemas sociais regionais.

Desse modo, Silva (2015) deixa sua sugestão de que uma batalha entre a “nova esquerda” e a “nova direita” será travada nos próximos anos, deixando a possibilidade de que elas convivam e se alternem no poder de acordo com os desdobramentos que forem sendo apresentados. Ou seja, a chance de sobrevivência de governos de esquerda está na capacidade de renovação atrelada a superação de tendências esgotadas, porém, observa-se um abismo se formando entre os setores sociais em detrimento de suas expectativas e demandas para com o governo, gerando uma dificuldade de diálogo com a sociedade em geral. Segundo Pereira (2015), os protestos ocorridos no Brasil em 2013, indicam de forma dramática um sistema político em queda, com partidos e líderes esvaziados de apoio popular e parte da população se sentindo sem representatividade. O caso brasileiro

no governo Dilma ilustra a perda de apoio massiva e gradativa ao longo da gestão quando os níveis econômicos não se mantiveram. A derrocada do país em sentidos econômicos e políticos ocasionou o processo de impeachment, removendo a presidente Dilma Rousseff do poder.

## CAPÍTULO 3 – O CASO BRASILEIRO

### 3.1 QUALIDADE DEMOCRÁTICA E PARTIDOS POLÍTICOS

De acordo com D’Araujo e Ribeiro (2015), atualmente, o The Economist é um dos jornais que realiza as pesquisas mais confiáveis e completas, principalmente pela abrangência de países envolvidos (167). Após a classificação em vários índices, o jornal classifica as democracias em quatro tipos: plenas, deficitárias, híbridas e autoritárias. Nenhum país da região foi classificado como autoritário, porém o grande número de países classificados como regimes híbridos e democracias deficitárias preocupa, tendo apenas dois países classificados como democracias plenas em 2014, Costa Rica e Uruguai, sendo o Brasil classificado como uma democracia deficitária. D’Araujo e Ribeiro (2015, pg. 63) extraíram da pesquisa sobre a qualidade da democracia no período recente a posição de 18 países da América Latina (quadro 3):

**Quadro 3-** Índice de democracia política em 18 países da América Latina (2006-2014)

País	Posição no ranking (167 países)		Pontuação final		Processo eleitoral e pluralismo		Funcionamento do governo		Participação política		Cultura política		Liberdades civis	
	2006	2014	2006	2014	2006	2014	2006	2014	2006	2014	2006	2014	2006	2014
Uruguai	27°	17°	7.96	8.17	10	10	8.21	8.93	5	4.44	6.88	7.50	9.71	10
Costa Rica	25°	24°	8.04	8.03	9.58	9.58	8.21	7.86	6.11	6.11	6.88	6.88	9.41	9.71
Chile	30°	32°	7.89	7.80	9.58	9.58	8.93	8.93	5	3.89	6.25	6.88	9.71	9.71
<b>Brasil</b>	<b>42°</b>	<b>44°</b>	<b>7.38</b>	<b>7.38</b>	<b>9.58</b>	<b>9.58</b>	<b>7.86</b>	<b>7.50</b>	<b>4.44</b>	<b>4.44</b>	<b>5.63</b>	<b>6.25</b>	<b>9.41</b>	<b>9.12</b>
Panamá	44°	47°	7.35	7.08	9.58	9.58	7.14	6.43	5.56	5.56	5.63	5	8.82	8.82
Argentina	54°	52°	6.63	6.84	8.75	8.75	5	5.71	5.56	5.56	5.63	6.25	8.24	7.94
México	53°	57°	6.67	6.68	8.75	8.33	6.07	6.07	5	6.67	5	5	8.53	7.35
República Dominicana	74°	59°	6.13	6.67	9.17	8.75	4.29	5.71	3.33	5	5.63	6.25	8.24	7.65
Colômbia	67°	62°	6.40	6.55	9.17	9.17	4.36	7.14	5	3.89	4.38	3.75	9.12	8.82

Peru	75°	63°	6.11	6.54	8.75	9.17	3.29	5	5.56	5	5	5	7.94	8.53
El Salvador	70°	64°	6.22	6.53	9.17	9.17	5.43	6.07	3.89	3.89	4.38	5	8.24	8.53
Paraguai	71°	71°	6.16	6.26	7.92	8.33	5	5.36	5	5	4.38	4.38	8.53	8.24
Equador	92°	79°	5.64	5.87	7.83	8.25	4.29	4.64	5	5	3.13	4.38	7.94	7.06
Honduras	69°	80°	6.25	5.84	8.33	8.75	6.43	5.71	4.44	3.89	5	4.38	7.06	6.47
Guatemala	77°	82°	6.07	5.81	8.75	7.92	6.79	6.07	2.78	3.33	4.38	4.38	7.65	7.35
Bolívia	81°	83°	5.98	5.79	8.33	7	5.71	5	4.44	5.56	3.75	3.75	7.65	7.65
Nicarágua	89°	94°	5.68	5.32	8.25	6.17	5.71	3.29	3.33	4.44	3.75	5.63	7.35	7.06
Venezuela	93°	100°	5.42	5.07	7	5.25	3.64	4.29	5.56	5.56	5	4.38	5.88	5.88

Fonte: The Economist, 2006-2014, apud D'ARAUJO; RIBEIRO (2015).

Indo além desses dados, pode-se citar também a participação feminina na política e na economia, que é caracterizada como traço de democracia moderna. Segundo pesquisa do Inter-Parliamentary Union que englobou 190 países, o Brasil tem uma representação feminina muito baixa apesar de ter tido uma presidente mulher nos últimos anos, figurando na 116ª posição. A participação brasileira nos indicadores de forma geral não é ruim, apesar de estar classificado como democracia deficitária ele não está com pontuações tão distantes dos países com democracia plena. A competência institucional brasileira, a formalidade do processo eleitoral e da organização partidária é inegável, entretanto alguns aspectos chamam a atenção. O índice de apoio à democracia estava em 44% segundo o Latinobarometro (1995-2013) e a população classificava o país como corrupto em 2014, tendo sua percepção medida em 43º dentre 175 países, pelo ranking feito pela Transparency International em 2015.

O Brasil, assim como os demais países latino-americanos passaram por longos períodos autoritários intercalados com curtos períodos democráticos, por esse motivo apresentam um quadro histórico de instabilidade e de violência política. Maria Celina D'Araujo e Guilherme Leite Ribeiro (2015) utilizam o conceito de Morlino (2011) referente à qualidade da democracia. Para ele:



uma democracia de qualidade significa a existência de uma estrutura institucional estável que torna possível aos cidadãos, associações e comunidades o usufruto da liberdade e da igualdade por meio do funcionamento legítimo de suas instituições. (D'ARAUJO; RIBEIRO. 2015)

A democracia se consolidou como modelo político formal na América Latina, mesmo tendo o personalismo predominado como uma forma maior de atração eleitoral dos partidos políticos. Apesar de formalmente aceitar a via democrática, ao longo dos anos a elite procurou e conseguiu interferir na formação partidária e também nos mandatos quando os mesmos conseguiam grande visibilidade representativa de setores contrários aos seus interesses. Esse histórico é traduzido na baixa confiança da população no governo (41% em 2013 segundo o IBOPE) e também no baixo apoio à democracia (44% versus 19% apoiantes do autoritarismo e 24% indiferentes, segundo o Latinobarómetro 1995-2013).

Grande parte desse ambiente se deve à formação partidária brasileira, como o sistema democrático no país não se originou de partidos políticos fortes e duradouros, seu sistema partidário é muito fragmentado, gerando a necessidade de alianças entre os partidos para ganhar visibilidade e relevância política para ter chances de governabilidade. Para se ter uma noção da magnitude desse processo, em 2015 o Brasil possuía 35 partidos legalizados e nem todos com representação no Congresso (28). Essa quantidade de partidos, somada as diversas alianças que são formadas, o eleitor/cidadão brasileiro não consegue enxergar com clareza os ideais do partido em específico, e acaba focando e ouvindo os candidatos de visibilidade, não as ideias e padrão político por detrás do partido que eles representam. Outra complicação resultante das diferentes alianças é que o eleitorado não sente suas demandas refletidas no candidato que reúne demandas de diversos partidos e extratos sociais.

### **3.2 MODELO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Bielschowsky (2014) define a estratégia econômica petista voltada à formação de um mercado de consumo de massa, a sustentação desse modelo estaria pautada na distribuição de renda e no estímulo da liberalização de crédito para as famílias. Como consequência desse estímulo ao mercado, a produção doméstica também se aqueceria para atender a demanda,

aumentando a produtividade e fazendo o país crescer economicamente. Ao longo dos governos do partido dos trabalhadores. Houve crescimento real do salário mínimo em 70%, o que contribuiu para a redução da desigualdade, houveram também políticas de transferência de renda, através do aumento de valor dos benefícios e também pela criação de programas sociais de transferência de renda, houve aumento da disponibilização de crédito e, o ultimo traço marcante do modelo PT foi a própria geração de empregos pelo governo através do aumento das despesas públicas.

No âmbito externo o PT em geral fez uso de uma política externa “ativa e ativa” (PEAA). Esse tipo de política era um resultado da crítica à autonomia pela integração do governo FHC, os problemas do governo anterior estavam na não construção de um projeto de desenvolvimento coordenado pelo Estado, no qual o receituário liberal impunha uma ordem internacional assimétrica dando pouca margem diplomática para os países periféricos. Nesse sentido, um novo governo deveria recuperar a capacidade intervencionista do Estado e buscar outras formas de inserção no mercado internacional para gerar desenvolvimento econômico duradouro. O eixo Sul-Sul deveria fortalecer sua cooperação e integração comercial e política para que a região ganhasse autonomia e desenvolvimento em relação ao controle dos países desenvolvidos (BASTOS; HIRATUKA, 2017).

### **3.3 GOVERNO LUIS INÁCIO LULA DA SILVA**

Teixeira e Pinto (2012) contextualizam a herança do governo de Fernando Henrique Cardoso, antecessor de Lula. Seu governo seguiu as linhas gerais preconizadas pelo Consenso de Washington, foi marcado por privatizações, abertura comercial, flexibilização financeira, contenção de gastos sociais e juros altos, resultando em um quadro de instabilidade macroeconômica. Sua forma de inserção se deu de forma subordinada no sistema internacional, mantendo as relações de dependência em uma roupagem um pouco diferente. Essa dependência resulta em uma fragilidade financeira externa, dessa forma, no contexto interno, o bloco de poder no governo se constituiu da fração bancário-financeira do capital. É nesse contexto que o Partido dos Trabalhadores chegará à presidência em 2003.

Antes de explorar o governo Lula é importante entender o conceito de Estado que Rodrigo Alves Teixeira e Eduardo Costa Pinto adotam:

[...] a perspectiva relacional de Estado (como um campo e um processo estratégico onde se entrecruzam núcleos e redes de poder associados aos interesses de grupos e classes sociais) aqui adotada considera a combinação (em maior ou menor grau) dos dois eixos (autonomia da administração central x subordinação do Estado a determinados interesses) determinada por uma dada conjuntura espacial e temporal. (POULANTZAS apud TEIXEIRA; PINTO, 2012, p.920).

Em suma, o exposto traduz que a vitória eleitoral não garante o controle dos centros de poder do Estado. A vitória do Partido dos Trabalhadores não transfere para os trabalhadores o locus de poder, então é nesse contexto que Lula irá ganhando espaço para suas políticas de cunho inclusivo.

O governo social-democrata adotado pelo Partido dos Trabalhadores institui três elementos principais: responsabilização do Estado em relação às atividades essenciais para a economia porém não lucrativas para as empresas; regulação governamental do setor privado; o Estado deve assegurar o estado de bem-estar social minimizando o abismo social da distribuição de renda gerada por vias mercantis. Nesse sentido o governo faz uso de programas de transferência de renda, modificações no aparato tributário, melhoria dos serviços de saúde, educação pública e sistema previdenciário. Fica evidente na prática claramente o Estado ator, que diverge do modelo liberal, no qual o Estado só interviria em situações emergências e nos efeitos agudos da miséria (PINHO, 2011).

Santos Pinho em publicação para o IPEA em 2011 caracteriza o projeto do governo petista como novo desenvolvimentista, que preserva os fundamentos econômicos neoliberais, apesar de sua base fincada nos trabalhadores, com essa lógica de governo foi possível agradar várias classes sociais, viabilizando uma expansão interna e externa, “expansão “para dentro”- mercado interno/distribuição de renda/ inclusão social- e “para fora”- inserção soberana na ordem global.” (PINHO, 2011).

Lula em suas duas gestões entregou resultados melhores que FHC, apresentando o maior crescimento das três últimas décadas. Os resultados superiores se expressaram no setor externo, inflação, nível de desemprego e finanças públicas. O PIB dobrou seu crescimento anual em relação aos anos anteriores (4,1% ao ano entre 2003 e 2010 e 2,4% ao ano entre 1980 e 2002), os superávits da balança de pagamentos no mesmo período também permitiram zerar os empréstimos com o FMI, diminuir o endividamento externo e ainda acumular reservas (Teixeira; Pinto apud Cintra; Acioly, 2012).

Como já dito brevemente no capítulo anterior, não se pode esquecer da influência do contexto internacional nesses resultados positivos, sendo os principais pontos de influência para o Brasil, assim como para os países latino americanos, a elevação dos preços das commodities e a queda do preço de manufaturas, aumentando os termos de trocas brasileiros em 39,9%. O pós-crise segue esse padrão de resultados positivos, apresentando uma rápida recuperação, impulsionada pela liquidez da economia mundial, que deslocava investimentos para o Brasil em virtude da expansão do mercado interno e da atividade econômica em contraste a um contexto de estagnação econômica europeia e americana.

No mesmo período o nível de consumo das famílias e a taxa de investimentos públicos e privados elevaram-se e a inflação se manteve controlada, mas quase sempre ao centro da meta. A taxa de desemprego apresentou redução e o salário mínimo apresentou crescimento real, fatores positivos para a distribuição de renda. A dívida líquida total pública foi caindo desde 2003 em decorrência da já apresentada redução sistemática na administração Lula, em 2006 o país passou para a condição de credor externo, ampliando seu valor ano a ano. Esses números devem-se aos saldos elevados da balança comercial em um primeiro momento e em um segundo momento a conta financeira positiva.

O primeiro e o segundo mandato do governo Lula resguardam entre si diferenças estruturais essenciais para seu entendimento: o ambiente doméstico é resultado direto do contexto externo no primeiro mandato, já no segundo mandato a expansão do mercado interno passa a influenciar também os resultados macroeconômicos. O contexto do segundo mandato (que já surge desde o último ano do primeiro mandato) se sustenta nos investimentos sociais e no consumo de massas criado a partir de políticas redistributivas de renda e políticas de expansão de crédito, além de reduções de alíquotas sobre veículos novos, materiais de construção e eletrodomésticos e de redução de IOF em operações de crédito de pessoas físicas e, por último, redução de COFINS sobre motos.

O fluxo de riquezas na sociedade tem efeitos sobre o fluxo de influência no bloco de poder, assim como Macedo e Santos (2008, p. 16) explicam: “A acumulação de ativos ou passivos promove igualmente a criação e distribuição de outra substância, mais dificilmente mensurável (e cujo nome é quase um tabu entre economistas), e que vem a ser o poder político”. Nesse sentido, Pinto (2010) destaca o relativo aumento da influência de poder dos produtores de commodities em relação ao setor bancário-financeiro em 2007. O Banco Central nesse período esteve no centro da discussão, pois as medidas adotadas por ele geram

consequências mais positivas para alguns setores sociais e mais negativas para outros. Acreditar que a independência operacional do Banco Central é despolitizada é um engano.

Quando no governo lulista, a redução da miséria se concretizou, ela foi resultado de um tripé formado pela expansão do crédito, aumento do salário mínimo (já citados) e a criação do Bolsa Família. Para Singer (2009) esse tripé somado a política macroeconômica adotada constituem nova plataforma, que soma interesses de direita e de esquerda, criando um vínculo ideológico com as frações sociais mais baixas também. Fato comprovado em 2006 por via eleitoral, no cenário em que tradicionalmente o eleitorado petista era composto por camadas sociais médias e de escolaridade maior e passou a abarcar também o subproletariado.

De acordo com pesquisa do Centro de Políticas Sociais da FGV (2011), cerca de 50 milhões de pessoas foram incorporadas ao mercado consumidor desde 2003, de forma mais específica, até 2011 a classe C cresceu 11,1% e a classe AB cresceu 12,8%. A taxa de pobreza se reduziu graças à abertura de postos de trabalho, absorvendo os trabalhadores da base da pirâmide social. O apoio do subproletariado ao partido se faz muito importante para a manutenção democrática do país, uma vez que a experiência democrática de um país está ligada à baixa desigualdade social. Por meio do sistema democrático os integrantes das camadas sociais mais baixas tem sua voz representada através do voto, apenas a democracia confere à essa parcela da população chance de influenciar a tomada de decisão no âmbito político.

A economia brasileira no segundo mandato lulista tem seu crescimento puxado pela demanda em vista que a parcela consumidora aumentou em virtude da distribuição de renda e da ascensão de classes para a participação no “consumo de massas”, entretanto o processo de industrialização não acompanha o mesmo ritmo. Esse cenário se delineou como consequência da chamada reprimarização da pauta exportadora, que significa um montante mais expressivo de exportações de produtos primários, do que de produtos industrializados. Enquanto isso, a parcela consumidora doméstica cresce, e a indústria doméstica não acompanhava, somado a este contexto interno, o câmbio do dólar estava valorizado, apresentando alta taxa de penetração de produtos importados.

Esse fenômeno do grande volume de importações se chama “vazamento de demanda”, visto que grande parte da demanda interna é atendida por produtos vindos de outros países.

Esse desfalque na estrutura produtiva brasileira no governo Lula, se dá pela ausência de políticas de modernização produtivas. Desse modo, Mello e Rossi destacam que:

o ciclo de crescimento brasileiro foi viabilizado graças ao relaxamento da restrição externa por conta de dois fatores principais: a melhora expressiva dos termos de troca e a forte entrada de capitais estrangeiros no âmbito de uma expansão da liquidez global antes e depois da crise de 2008. (MEDEIROS apud MELLO; ROSSI, 2017, p.5).

Em outras palavras, o crescimento do setor primário causou uma reprimarização da pauta exportadora, contribuindo para deteriorar a estrutura produtiva, uma vez que a inserção dos produtos do setor primário na cadeia produtiva internacional gerava superávits que permitiam sustentar o consumo de massas brasileiro, entretanto, com o barateamento dos produtos importados, essas divisas advindas do consumo de massas não ficam no Brasil, não gerando retorno para investimento na estrutura produtiva brasileira.

Singer (2010) fala sobre a existência de “duas almas” do PT, uma que logrou conquistas sociais e com isso abarcou o apoio popular das classes mais baixas, e outra, que atende as demandas do setor bancário-financeiro, de forma a exercer um governo que evita confrontos e moderado, Teixeira e Pinto (2012) acrescentam a essa visão que as conquistas sociais poderiam ter avançado de forma muito mais rápida, mas o presidente Lula manteve a ortodoxia política evitando maiores confrontos para agradar as demais parcelas sociais e garantir seu apoio, cedendo para as classes mais baixas apenas dentro do permitido/ não prejudicial para os interesses rentistas.

Como exemplo desse condicionante temos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, Lula em 2007 enviou para o Congresso uma Emenda Constitucional para prorrogar a CPMF, para que a alíquota de 0,38% incidisse sobre as transações financeiras, essa arrecadação seria revertida em investimentos na área da saúde, porém os setores empresariais fizeram forte resistência através de duras pressões sobre o Congresso que, por fim, acabou rejeitando a proposta. A resistência se explica com base em dados: “72% da CPMF é paga por pessoas jurídicas, sobretudo as grandes empresas. 28% pelas pessoas físicas. Dentro dos 28%, 22% são da classe média” (Carta Maior, 2017). Mais à frente, já no governo Dilma, houve uma nova tentativa de recriar o imposto, porém os grupos

empresariais lançaram repressão ainda mais forte, utilizando até o slogan “não vou pagar o pato” nas manifestações favoráveis ao impeachment (PAULINO, PIRES; 2017).

O PT no Brasil, tido como um esquerdismo moderado, é bem institucionalizado com um dos regimes democráticos de melhor funcionamento na região. Essa característica faz com que o ambiente, apesar de ser plural, também tenha seu pluralismo institucionalizado, resultando em uma restrição de grandes ambições reformistas. O Governo Lula passou por esse efeito moderador, sendo induzido a abandonar metas ousadas, ou de grande interferência no bloco de poder vigente, para proteger os direitos civis e gerenciar o conflito político, segundo Pinho (2011). Ainda assim, Lula buscou formar uma camada de proteção social, tirando brasileiros da miséria, reduzindo as desigualdades sociais, aquecendo o mercado interno através do poder de compra e melhorando a qualidade dos serviços públicos.

Em relação à atuação externa, o governo lulista teve seu desempenho marcado pelo protagonismo e assertividade (PEDROSO, 2014). Bastos e Hiratuka (2017) colocam que Lula gostava inclusive de fazer participação pessoal direta e capitalizar internamente sua projeção internacional, chegando a ser chamado por Barack Obama de “o cara”. Essa atuação internacional foi direcionada ao próprio bloco regional e fora dele também, fazendo essa política de duas vias, combinando fatores neoliberais e o regionalismo. Podemos citar a mediação turco-brasileira com o Irã, a participação da Missão de Paz no Haiti e a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), um esforço brasileiro para coordenar a articulação dos 12 países livre da atuação americana. A política externa brasileira optou por diversificar as parcerias e instâncias que mostrassem o seu perfil protagônico, passou a integrar os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), o G20 comercial e financeiro, além das iniciativas locais que também apontavam para um protagonismo regional.

O Brasil passou a atuar então prezando pela integração regional, sem abandonar sua inserção internacional e sua relação com os demais países, ocupando um lugar de destaque na integração regional, de acordo com Lima e Coutinho (2007). A política externa passou a ser vista como um instrumento para o desenvolvimento nacional. As ações da diplomacia brasileira mais simbólicas foram as políticas de cooperação regional, presença assertiva nos fóruns internacionais, ampliação do corpo diplomático, volta do BNDES como principal agente financiador de investimentos no exterior, conforme Pinho (2011).

A direita (inclui-se aqui adeptos liberais) sempre foi um empecilho para a democracia fluir na América Latina, normalmente as elites tradicionais conseguiam se manter no bloco de poder mesmo com governantes de esquerda. A perda de poder dos rentistas/liberais significava risco para a estabilidade democrática. Nesse sentido podemos observar que, em geral, impasses entre presidentes progressistas (poder Executivo) e poderes Legislativos de ideologia liberal culminavam em interrupção democrática. Tais apontamentos de Pinho (2011) se fazem muito pertinentes no decorrer deste capítulo para contextualizar o porque o presidente Lula governou da forma que governou e ajudar a entender melhor o contexto desenhado historicamente com o qual a presidenta Dilma Rousseff mexeu.

### **3.4 GOVERNO DILMA ROUSSEFF**

Logo quando a presidenta Dilma assumiu, foi possível notar que, apesar de ainda ser um governo do mesmo partido com o apoio de seu antecessor, as ações teriam outro tom, Dilma buscava os mesmos objetivos sociais e desenvolvimentistas que Lula, porém de uma maneira diferente, visto que o ambiente internacional não era mais o mesmo e agora era preciso desenvolver o lado da oferta do país também. Em ocasião do discurso presidencial do Primeiro de Maio de 2012 aos trabalhadores, Dilma, que apresentava um índice de aprovação de 64% (Pesquisa Datafolha de abril de 2012), mostrou para o que veio, dedicou palavras duras aos bancos privados com a finalidade de reduzir os juros, lançando mão de uma guerra desenvolvimentista.

No âmbito externo o trilha multilateral de Lula teve continuidade no governo Dilma, tendo a administração Dilma procurado também expandir o próprio Mercosul. Uma mudança marcante entre uma administração e outra é que o governo Dilma procurar utilizar efetivamente espaços para políticas desenvolvimentistas, tendo um Itamaraty mais prático em relação à busca aos objetivos desenvolvimentistas e nacionalistas. Entretanto, o sucesso dessas tentativas é uma questão que foge ao controle do Estado brasileiro (BASTOS; HIRATUKA 2017). A crise financeira global acarretou eventos que diminuíram a visibilidade multilateral diplomática brasileira, mesmo que sem mudanças na postura doméstica, dessa forma, a falta de uma maior presença física da presidenta no cenário internacional (em relação ao governo Lula) não afetou as tendências da geopolítica internacional, até porque a vinda em



massa de chefes de Estado e empresário foi massiva em seu governo (Rio + 20 2012, Copa do mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016).

O pragmatismo político de Lula e Dilma se aproxima, porém a forma de fazer política de cada um difere bastante, como Singer (2015) pontua, enquanto Lula evitou o confronto com os blocos de poder, Dilma entrou em combates pesados, tensionando relações com as camadas sociais de poder no setor financeiro, chegando até a politizar temas a fim de causar constrangimento, atitude que nunca esteve na conduta lulista. Mas, afinal, no que consiste o desenvolvimentismo buscado pelo PT? Em linhas gerais o economista Ricardo Bielschowsky entende que o desenvolvimentismo está ligado à ideia de transformação da sociedade por vias econômicas:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY apud SINGER, 2015, p.45).

Todos esses princípios estiveram, em maior ou menor escala, presentes no governo petista, com grande expressão no governo dilmista, que se utilizou da forte presença estatal para buscar a reindustrialização.

O ponto aqui é mostrar que, apesar dos avanços sociais que o Brasil apresentou no governo Lula, os entraves estruturais históricos permaneciam na economia, tendo o modelo progressista de Lula não sido pautado em desenvolver a produção interna e se utilizado muito de importações. Pode-se dizer que a crise brasileira é um reflexo do crescimento insustentável do governo lulista que, quando atingido pela crise internacional, estoura em 2011, no governo Dilma. Assim sendo, a política macroeconômica desenvolvimentista de Dilma é pautada na finalidade de tentar contornar os efeitos do modelo de crescimento experimentado por Lula.

Nesse sentido a agenda governamental passa a ter um caráter industrialista, a chamada “estratégia industrialista”, termo de Rossi e Biancarelli (2015), com a finalidade de garantir competitividade para as indústrias. Com essa finalidade, buscou reduzir o custo dos insumos, os custos de crédito, os custos do trabalho e também diminuir o índice de importações, para isso se utilizou dos seguintes meios: diminuição do valor da energia elétrica e de combustível, redução de juros e do spread bancário, desvalorização cambial e política de subsídios.

Ainda tomando o pensamento de Singer (2012), podemos dividir duas coalizações na sociedade brasileira que ficam cada vez mais evidentes com o passar dos anos, existe a coalização rentista, que abarca a classe média e os detentores do capital financeiro, e a coalização produtivista, que abarca os industrialistas e a faixa organizada da classe trabalhadora. O governo de Lula, para Singer, atuou de forma a ora atendendo as demandas de um grupo e ora atendendo as demandas de outro. Nessa lógica, a coalização rentista pretendia manter a lógica neoliberal, e a coalização rentista almejava acelerar o crescimento econômico por meio da industrialização, potencializada pela interferência estatal.

Em maio de 2011, já no governo Dilma, a coalização produtivista representada na ocasião pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) entrega uma lista de demandas para o governo e Dilma adota uma série delas, sendo o Plano Brasil Maior de agosto de 2011, uma resposta. No entanto, mesmo com a resposta da presidenta, que proporcionava grande parte dos pedidos dos produtivistas, os mesmos foram retirando seu apoio à presidenta e se aproximando ao bloco rentista (oposicionistas). O argumento para tal realinhamento ideológico era o de que o governo intervencionista prejudicava os investimentos, contudo, a ironia se faz presente justamente porque o intervencionismo governamental era voltado a atender os interesses industriais, ainda assim, a ironia não para por aí, no governo Lula os produtivistas queixavam a alta de juros, “agora o governo Dilma abaixo os juros e todos se queixam, em perfeito unísono”, dizia a Carta Capital em 02/01/2013.

Singer (2015) expõe que, no primeiro mandato de Dilma as linhas gerais seguidas mais expressivas foram: a redução dos juros, para uma economia sólida e de baixo risco, segundo Mantega, consistindo na minoração da taxa de juros e da taxa Selic (atingindo o nível mais baixo da sua história) e baixa dos spreads conquistada pela pressão estatal; uso intensivo do BNDES, chegando a 400 bilhões de reais; reindustrialização, através do Plano Brasil Maior; desonerações, poupando 25 bilhões de reais anuais para os empresários em seu auge

(2014); reformas do setor elétrico com o objetivo de baratear o valor da eletricidade para reduzir os custos de produção e adquirir competitividade; desvalorização do real, para dar competitividade para a indústria brasileira; controle de capitais para evitar que a entrada de dólares no ambiente interno valorizasse o real também para não prejudicar a competitividade dos produtos brasileiros; e, por fim, proteção ao produto nacional de forma clara, elevando impostos de importação em vários produtos e lançando incentivos para a compra de produtos nacionais no Programa de Compras Governamentais.

Não se pode esquecer da expansão da produção asiática, que fez com que as exportações por todo o globo, inclusive no mercado interno brasileiro, fossem perdendo participação, “o que ampliou o déficit comercial em bens manufaturados e, ao que parece, vem rompendo a divisão do trabalho que favorecia na região a produção industrial do Brasil” (BASTOS; HIRATUKA, 2017). O Brasil entra na segunda fase da crise financeira em agosto de 2011 e, assim como fez em 2008, o governo procura sustentar o ritmo de crescimento nacional. Dilma em seu início de governo teve um forte compromisso com metas fiscais audaciosas para o ajuste fiscal, tendo o resultado primário do setor público superado a meta em 2011. Na ocasião do dito pronunciamento em 2012 em que a presidenta atacou a alta taxa de juros praticada pelos bancos privados, entrou em uma batalha de spreads, que marca o início expressivo de sua perda de apoio por parte da parcela bancária-financeira. A atitude do governo foi a de interferir diretamente nos lucros bancários, forçando-os através da redução agressiva dos spreads do Banco do Brasil e também da elevação do crédito, com isso, os bancos privados tiveram que agir para não perderem mercado.

O plano de aceleração do lulismo, protagonizado por Dilma seguia com ambiente geral favorável, a taxa de desemprego permanecia baixa e a renda dos trabalhadores estável, os gastos sociais seguiam em expansão, com destaque para o crescimento dos gastos destinados à educação. O ensaio desenvolvimentista estava em seu auge: BNDES capitalizado e com juros mais baixos, real desvalorizado, desonerações em curso, compras do governo e empresas estatais e tarifas alfandegárias voltadas para a produção nacional, juros bancários mais acessíveis e limites aumentados e por fim, atingiu também a baixa do valor da eletricidade, marcado também por um histórico pronunciamento em 23 de janeiro de 2013.

Alexandre Tombini, presidente do Banco Central do Brasil (1 de janeiro de 2011 até 9 de junho de 2016) em entrevista em 7 de fevereiro 2013, deu respostas com margem para interpretação sobre a necessidade de mudança da política monetária, com isso, os investidores

passaram a apostar no aumento dos juros, que ia contra os preceitos desenvolvimentistas com os quais os governos tinha lutado até a pouco. Mantega e Dilma entrevistaram, porém o processo de desaceleração do desenvolvimentismo já havia começado. Singer (2015) enumera os retrocessos do ensaio desenvolvimentista nos meses seguintes, contínuo aumento das taxas de juros, redução nos investimentos públicos, retorno das taxas de concessões elevadas, privatizações e menores restrições ao capital especulativo. Ambientando um surto inflacionário, acrescido de baixo crescimento do PIB no ano de 2012 e a falta de aumento nos investimentos, a continuação do ensaio desenvolvimentista foi sendo minada.

O índice de crescimento em 2013 conseguiu se manter positivo como resultado gerado pelos estímulos dos anos anteriores e não podemos esquecer também dos investimentos realizados para a Copa do Mundo, o nível de emprego e o salário foi mantido no terceiro ano do governo Dilma, porém a preocupação com o ano seguinte era grande, pois os resultados dos acontecimentos em 2013 se expressariam no ano seguinte. 2014 também se configurava como um ano que seria difícil pois as crescentes críticas ao ativismo estatal foi se fazendo presente nos mais diversos meios de comunicação, falavam também sobre a necessidade de se cortar os “gastos descontrolados do governo”, gerando insegurança para os investidores. A queda da rentabilidade de títulos da dívida pública fez com que os setores empresariais se sentissem prejudicados também.

O discurso foi ganhando cada vez mais adeptos, cada vez mais veículos midiáticos (nacionais e internacionais) se posicionavam contra o ensaio desenvolvimentista e lançavam receita para voltar ao crescimento e estabilidade anterior: “diminuir gastos do Estado, reduzir o valor das aposentadorias, cortar impostos, reformar as leis trabalhistas e aumentar as privatizações” (THE ECONOMIST, 28/09/2013). Junho de 2013 foi o mês em que a perda de apoio se expressou de forma gritante, as manifestações populares nas ruas forçaram a presidenta a ceder mais conquistas desenvolvimentistas, apesar de as manifestações terem caráter contraditório.

A resposta presidencial aos protestos se deu em cinco pactos para reunificar a nação, tendo a realização do primeiro deles em ainda em julho, realizando cortes no orçamento de 2013 e outro corte no começo de 2014. Resultante da nova política fiscal, os investimentos caíram em aproximadamente 4% em 2014. Analisando agora em um contexto mais amplo, o corte de gastos públicos somado às altas taxas de juros resulta no não crescimento do PIB. Ao mesmo tempo, Dilma e Mantega se expressam em declarações, Dilma expressa o peso que

declarações e impactos psicológicos têm em investimentos e iniciativas e Guido expõe que o movimento contra desenvolvimentista é abastecido pelos segmentos que perderam dinheiro quando o governo forçou a baixa de juros e promoveu a desvalorização cambial.

Apesar desse contexto, o governo conseguiu manter estável o nível de emprego e o aumento salarial, fazendo o fundo da campanha petista para o segundo mandato. Guido Mantega, Ministro da Fazenda do governo Dilma (que ao segundo mandato foi substituído por Joaquim Levy) declarou em ocasião do fim do primeiro mandato, antes da reeleição da presidenta, sua opinião de que o desenvolvimentismo brasileiro deveria continuar independente do partido que assumisse:

Temos ajustes que são necessários, independente de quem está no nosso cargo. A política desenvolvimentista continua. A presidente Dilma não fará uma política neoliberal, uma política conservadora. Sabemos que foi praticada no passado e não deu certo. Continuará com uma política desenvolvimentista, mas ela requer ajustes. (G1, 2014).

Logo após sua reeleição, a presidenta anuncia o contrário de toda a base de sua propaganda eleitoral e ideologia defendida, dizendo que o método deveria mudar e haveria a busca de soluções mais adequadas ao momento atual, afirmando que deveria haver “sacrifícios temporários”. O que não foi nenhuma surpresa, visto que a situação atual divergia muito do contexto anterior, agora existia uma coalização burguesa e um abismo social entre ela e o subproletariado, os rentistas e os produtivistas haviam se unido, passando pelo agronegócio, pelo comércio e pelos serviços, setor financeiro e setor industrial estavam unidos “em torno do corte de gastos públicos, queda no valor do trabalho e diminuição da proteção aos trabalhadores” (SINGER, 2015).

É possível extrair que, à medida que a presidenta orquestrava o avanço desenvolvimentista, perdia o apoio da burguesia. Restando apenas o apoio do subproletário o governo precisou recuar, na tentativa de reconquistar o apoio dos rentistas e industriais. Em uma sociedade que adota o capitalismo, não há como o governo se sustentar sem o apoio empresarial, então é difícil pensar em uma alternativa viável que Dilma teria. Nesse contexto, ela teve que ceder, tendo sua representação máxima pela entrega do Ministério da Fazenda para Joaquim Levy (exponente neoliberal que pregava a austeridade). Singer expõe seu ponto de vista compartilhado por Rugitsky e original de Kalecki (1943):

Conforme lembrou o economista Fernando Rugitsky a partir do raciocínio que Michal Kalecki (1899-1970) publicou em 1943, toda vez que o Estado coloca em prática políticas de pleno emprego, os empresários tendem a se afastar, pois sentem perda de poder, uma vez que em condições normais exclusivamente eles que regulam o emprego por meio do investimento. (RUGITSKY, 2015)

A ideia aqui defendida é a de que a presidenta abriu várias frentes de conflito simultaneamente, esvaziando sua capacidade de resposta para todos eles. Além disso, para garantir que o seu projeto de governo seguisse de acordo com o projeto desenvolvimentista, ela mesmo gerenciava de perto vários projetos, de forma que tudo deveria passar por sua aprovação. Um bom exemplo é a proximidade com que lidou com o PIL (Programa de Investimentos em Logística), no qual visava garantir uma limitação do lucro nas concessões. Com essa atitude, visando os interesses públicos, feria os interesses privados. O argumento que Singer traz nesse momento é o de que “a quantidade de interesses empresariais contrariados catalisou a solidariedade intercapitalista”, ou seja, à medida que a presidenta contrariava alguma camada setorial, esta se posicionava contra a presidenta e recrudescia a oposição ao intervencionismo.

Singer faz uma brilhante consideração sobre esse ambiente:

[...] a burguesia industrial volta-se contra seus próprios interesses” (Cardoso) para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores. Une-se, então, ao bloco rentista para interromper a experiência indesejada. (SINGER, 2015)

O governo de Dilma já nasceu com um grande desafio: proporcionar o mesmo crescimento econômico e avanços sociais que o governo antecessor. Porém, como gerar o mesmo resultado sem o mesmo contexto? Como já ficou claro, o governo lulista se deu em um período extremamente favorável, no qual o contexto internacional estava gerando as receitas necessárias para os avanços. Dilma já é eleita em um contexto internacional diferente, que não provêm mais as mesmas divisas de antes. Segundo Mello e Rossi (2017) o primeiro mandato dilmista teve sua política macroeconômica voltada para solucionar os problemas estruturais herdados através do modelo de crescimento de Lula. Para isso, foi necessário aplicar uma agenda desenvolvimentista para desenvolver a indústria e o mercado brasileiro. Já

o segundo mandato (ou o que foi possível completar dele) foi voltado para a chamada “austeridade”, baseada em ajustes estratégicos e cortes de gastos.

A nova composição do plano econômico voltado para os industrialistas não se mostrou efetiva, visto que trocou gastos de capital, que possuem elevado multiplicador, por gastos com desonerações, que possuem um multiplicador menor. Muitos afirmam que o desequilíbrio fiscal é resultante do alto gasto com políticas sociais, mas o que se pode ver é que os gastos sociais aumentaram proporcionalmente ao PIB desde 2012, porém a taxa de crescimento real diminuiu em relação aos governos anteriores. A taxa de gastos sociais no governo Dilma na verdade se aproxima mais ao segundo governo FHC, sendo no segundo mandato FHC um gasto de 3,9%, primeiro governo Lula 5,2%, segundo governo Lula 5,5% e primeiro governo Dilma 3,8% (FES apud MELLO; ROSSI 2017). Ou seja, qualquer hipótese de um aumento descontrolado dos gastos em relação ao histórico não é verdadeira.

Sendo assim, não houve a chamada “gastança”, a redução do resultado primário decorreu da queda da receita e não do aumento do ritmo de crescimento da despesa, o que, possivelmente, explica porque a redução do superávit não seguiu o crescimento como seria esperado. (DWECK; TEIXEIRA 2017)

O déficit fiscal verificado se dá pela mudança de comportamento da receita, essa deterioração resulta da queda do ritmo de crescimento econômico somado ao efeito econômico das desonerações (MELLO; ROSSI 2017). Esse contexto figura como uma diminuição do superávit primário devido à retração da receita e não a um aumento de gastos. Outro fator importante sobre os gastos com transferência de renda é que, o que puxa esse tipo de gasto são os gastos previdenciários, nos quais a tendência é de expansão pelos ditames constitucionais e já os gastos correntes são puxados pelas desonerações que o governo forneceu, tendo esse último tipo de gasto apresentado um maior aumento em termos relativos do que os gastos com transferência de renda.

De acordo com Guilherme Mello e Pedro Rossi (2017):

Ao mesmo tempo em que a estratégia fracassou em vários de seus objetivos, como o aumento da taxa de crescimento do PIB, o fortalecimento do setor industrial e a expansão da taxa de investimentos da economia, ele logrou manter as taxas de desemprego baixas (em 2014, verificou-se a menor taxa de desemprego da história

recente brasileira), a inflação dentro dos limites da meta (mesmo que através do represamento de preços) e promoveu a desvalorização cambial, fundamental para a posterior melhoria do setor externo. (MELLO; ROSSI 2017).

Só em 2013 é possível se falar em fracasso da estratégia industrialista, entretanto esse contexto, como visto, foi resultante de uma interação estrutural e conjuntural. No aspecto estrutural a estratégia industrial falhou, pois ao desvalorizar o câmbio com o intuito de diminuir o ritmo de exportações e aquecer a produção interna, os insumos importados também encareceram, ou seja, por sua estrutura produtiva altamente dependente as perdas foram sentidas em curto prazo e as medidas para compensar a rentabilidade das empresas não foram suficientes. Já no aspecto conjuntural a crise política e as investigações judiciais ao governo reduziram o poder de manobra governamental. A crise política iniciada em 2013 contou com a perda de apoio populacional expressada por manifestações de grande magnitude e dificuldade na articulação parlamentar.

Mello e Rossi (2017) também pontuam a severa crise hídrica que ocasionou o aumento do valor da energia e da água, com impacto na inflação e nos gastos públicos, em decorrência do subsídio governamental. A operação Lava-Jato e as pedaladas fiscais fortaleceram a crise política e afetou os investimentos da Petrobras e da construção civil por estarem envolvidas no escândalo de corrupção. Não se pode deixar de fora dessa análise o setor externo, o qual sem dúvidas estava emitindo sinais negativos na economia internacional, ou seja, “a evolução da economia global contribuiu sim para a crise” (BIANCARELLI; ROSA; VERGNHANINI. 2017). A vitória eleitoral de Dilma então veio acompanhada do fim da estratégia industrialista e do início de uma política de “austeridade”, característica dos partidos oposicionistas.

O Banco Mundial em relatório coloca o Brasil como o país que mais obteve sucesso na erradicação da pobreza na década entre 2004 e 2014, para quem via de fora, parecia que o país estava caminhando na superação do modelo econômico concentrador de renda, tendo até a *The Economist*, de novembro de 2009, publicado previsão de que o país caminhava para se tornar a quinta maior economia mundial. Entretanto, com a queda dos valores das commodities, a crise chegou com seus efeitos devastadores no país.

Joaquim Levy vai além de um simples ajuste fiscal, estabelece medidas restritivas na política monetária, cambial e creditícia com o objetivo de retomar o antigo tripé macroeconômico. Nesse tripé, o balanço das contas públicas é central, para isso se utiliza de cortes orçamentários e de um Estado menos ator, assim como as empresas estatais e os bancos públicos. Outro ponto é a redução da inflação, o mecanismo para isso seria a criação de um



cenário recessivo, com aumento do desemprego. A austeridade pode ser resumida a esses objetivos, porém ao longo de sua aplicação é possível observar que os efeitos negativos foram muito maiores do que se esperava.

O segundo governo Dilma já se inicia com as medidas de Levy, promovendo uma contração fiscal muito bruta, reduzindo os gastos públicos de 12,8% em 2014 para 2,1% em 2015, fora isso foram propostas também reformas nos meios de concessão dos benefícios sociais. Essas decisões iam contra a campinha eleitoral de Dilma, além de não terem logrado êxito na reversão da deterioração das contas públicas, sendo essa fase do governo Dilma a que mais apresentou deterioração das contas públicas, segundo Mello e Rossi (2017). Ficando seu segundo governo marcado pela retração do crédito, aumento de juros e aumento do endividamento em quase 10% dentre o período de um ano.

Contudo, em relação ao endividamento do setor público, é interessante frisar que, em si, o endividamento não é um problema. Países como Japão e Itália tem endividamento na casa dos 100% do PIB e não causam pânico entre os credores nem pagam uma taxa de juros alta para a venda de títulos. A chave para isso é a inflação permanecer dentro de limites razoáveis e o equilíbrio da balança de pagamentos. O problema no Brasil é encontrar quem pagará a conta, figurando nessa situação a luta burguesa em não perder sua parcela de lucro. A saída da crise é um processo que depende exclusivamente dos meios de solução adotados, nesse sentido Paulino e Pires (2017) pontuam três formas: inflação, desvalorização e deflação. Na inflação os custos recaem sobre os credores, na segunda os custos são repassados para o exterior e apenas na terceira os custos são repassados para os tomadores de empréstimos e devedores em geral, os quais veem o valor de suas dívidas crescerem e os salários diminuir. A alternativa escolhida foi a terceira, a mais sofrida para o maior número de brasileiros, apesar de aumentar o número de desemprego e diminuir a renda familiar, é a única saída que mantém os créditos dos bancos, sendo por isso o apoio à política de austeridade por parte dos rentistas.

O quadro econômico e político se agravaram quando foi instalada a lógica “get the prices right”, que liberava os valores dos produtos que estavam represados desde o período industrial desenvolvimentista. A contração da política monetária e creditícia se mostrou incapaz de reverter o aumento dos preços e a recessão monetária começou a mostrar seu impacto em meados de 2016. O PIB retraiu em mais 3,8% em apenas um ano, o que caracterizou um ambiente recessivo e inflacionado, com o aumento dos preços em 10,22%, culminando na perda do apoio que ainda restava à presidente, culminando posteriormente em

seu impeachment. Em momentos de crise econômica a contradição das diferentes demandas das classes sociais despertam novamente a instabilidade política da região e a forte repressão por parte da elite aos grupos vinculados às parcelas populares (PAULINO; PIRES, 2017).

A estratégia de austeridade se mostrou equivocada, pois a decisão de sua implantação foi tomada a partir da percepção de que a desaceleração econômica decorria dos indicadores fiscais, de forma que era preciso esse aperto das contas públicas, porém as origens reais da desaceleração econômica nacional vinham da deterioração da inserção internacional através da deterioração dos termos de troca e, por fim, consequência também do ambiente político que afetava a rentabilidade das empresas. “A deterioração do resultado fiscal não é, portanto, a causa da crise, mas consequência da desaceleração da atividade pelo impacto na queda das receitas” (DWECK; TEIXEIRA 2017). A austeridade que devia reconquistar o apoio empresarial e financeiro teve o efeito inverso. O impeachment não só tirou a presidenta do poder, mas também oficializou o retrocesso de inúmeras conquistas sociais dos trabalhadores e aumentou o desemprego.

Dweck e Teixeira (2017) citam artigos publicados pelo FMI que mostram que a “contabilidade criativa” e as “pedaladas fiscais” não são utilizadas apenas pelo Brasil, mas sim por muitos países (incluindo os desenvolvidos) para contornar regras fiscais em um contexto de pós-crise, onde eram necessárias políticas anticíclicas. De forma prática: as metas fiscais de curto prazo precisam ser alteradas por via legislativa, o que demoraria e poderia ser aprovado ou não, dessa forma, a necessidade de uma rápida resposta para evitar a crise gerou as “pedaladas fiscais”, foi o “uso de mecanismos contábeis para contornar a rigidez da meta fiscal de curto prazo, porém sem explicitar esta mudança” (BIASOTO; AFONSO apud DWECK; TEIXEIRA, 2017).

Esses autores também falam sobre a adaptação que as regras fiscais sofreram para se conseguir políticas fiscais anticíclicas. A ideia aqui defendida é a de que as decisões ortodoxas do governo Dilma levaram à redução de gastos e investimentos públicos, esvaziando o impulso fundamental ao modelo de crescimento, “nessa visão, a crise fiscal é que foi consequência da crise econômica, cuja raiz está na guinada ortodoxa da política fiscal” (DWECK; TEIXEIRA 2017) e não no descontrole de gastos do governo.

De forma direta, o regime de austeridade implantado foi o responsável doméstico pelo resultado geral do contexto em que o Brasil se encontrava, porém essa estratégia econômica ainda se mantém no governo Temer, assim como a crise também se mantém, porém, sem protestos e duras manifestações como quando houve no governo Dilma, que seguia a mesma

política. Fica evidente aqui o poder de mobilização midiática e de propagação de ideias da classe rentista que, apesar da maior queda de PIB da história no governo Temer, não se ouve mais os protestos e manifestações contra o governante peemedebista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Paulino e Pires (2017) a implantação de políticas redistributivas depende mais da estrutura econômica gerar excedentes para atender demandas de várias classes sociais, do que da motivação política do governante. Quando o país enfrenta alguma crise econômica, a limitação no orçamento dificulta que os governos lancem mão desse tipo de políticas, nesse sentido as elites recrudescem sua oposição para garantir sua parcela no orçamento estatal em prioridade das classes populares:

Em momentos de expansão econômica, o ganho adicional decorrente da valorização dos produtos de exportações, notadamente de commodities agrícolas e minerais, permite a ampliação de gastos e o aumento da popularidade dos governantes. Em momentos de crise, frente às restrições orçamentárias para responder todas as demandas, o prestígio se erode por não poder levar adiante o projeto inclusivo. (PAULINO; PIRES, 2017)

Graças a circunstâncias únicas que podem não se repetir mais, a economia brasileira passou por um momento de forte expansão que durou por todo o período.

Apesar dos fracassos apresentados pela administração Dilma, o industrialismo manteve o alto nível de emprego e com isso, a massa salarial e a renda das famílias brasileiras. A mobilidade social forte também se destaca, pois milhões de brasileiros foram incluídos no mercado consumidor de massa. O legado de seu governo é paradoxal, ao mesmo tempo em que lançou medidas para manter os resultados de seu antecessor para a classe trabalhadora, custou o apoio do empresariado, que, como já dito anteriormente, em uma sociedade capitalista um governante não se mantém sem o apoio das classes superiores. A tentativa de combinar crescimento econômico, com distribuição de renda para redução da pobreza, sem promover um conflito com as elites foi prejudicada com a crise que abalou o país.

No ambiente internacional a política de Dilma teve resultados positivos: ajudou a barrar regimes desfavoráveis neoliberais liderados pelos EUA; ajudou a consolidar a centralidade do desenvolvimentismo na agenda multilateral; ajudou a criar novas instituições internacionais; articulou o BRICS; deu visibilidade brasileira acerca de temas como defesa da paz, diversidade cultural e luta contra a discriminação e consolidou acordos para aumentar as

exportações brasileiras. O objetivo geral econômico era mudar a posição brasileira na divisão internacional do trabalho. Outra conclusão a ser feita acerca do ambiente internacional é que, “mesmo que, em primeira instância, o desenvolvimento dependa de condicionantes internos, em última instância se sujeita a variáveis externas fora do controle do Estado nacional.” (BASTOS; HIRATUKA, 2017).

O governo petista de Lula não rompeu com o tripé macroeconômico do governo FHC, permanecendo um padrão rentista e dependente da produção externa, esse contexto foi sendo rompido ao longo dos mandatos e chegou ao seu ápice no governo Dilma, que atuou de forma mais incisiva para garantir a sustentabilidade das políticas sociais e dos objetivos desenvolvimentistas. De uma forma geral, a tentativa de acelerar o projeto desenvolvimentista gerou forte oposição aos grupos econômicos que não estavam inclusos no processo. Desde o início da ruptura do apoio a Dilma até o momento predominaram forças oposicionistas do modelo desenvolvimentista, o governo que assumiu após o impeachment segue essa lógica anti-desenvolvimentista, apoiado e levado a cabo pelas frações financeiras e de empresários insatisfeitos.

De acordo com Mello e Rossi (2017) a política de austeridade se mostrou completamente fracassada, incapaz de cumprir os objetivos a quais foi implantada, transformando a desaceleração econômica brasileira em uma profunda depressão. A austeridade fez o desemprego voltar a crescer, a renda dos trabalhadores diminuir e a desigualdade voltar a aparecer. Por fim, é possível concluir que os desafios estruturais que o país apresentava quando Dilma assumiu em decorrência do crescimento insustentado de Lula, permanecem ainda hoje. Claramente, como já dito no decorrer do trabalho, o contexto internacional e demais fatores estruturais influenciam no contexto econômico nacional, no entanto, a própria adoção da estratégia de austeridade já setencia a profunda recessão que o país entrou.

A visão neoliberal [...] atribui a crise “à ênfase excessiva no consumo” e “ao desleixo fiscal”, ou seja, ao aumento de déficit público. É uma maneira estranha de ver a crise, pois é como se alguém que saísse de casa para adquirir um carro ou uma geladeira estivesse contribuindo para a queda do PIB. (PAULINO; PIRES, 2017)

De acordo com esse ponto de vista, a origem da crise reside no aumento do crédito por parte dos bancos estatais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES), aumentando o consumo sem aumentar a oferta. A fragilidade desse pensamento habita na falta de

explicação de como o governo evitaria a valorização do câmbio, se esse próprio ponto de vista defende que o câmbio flexível não deveria ter sido abandonado.

Dweck e Teixeira (2017) em suas brilhantes palavras frisam que, mesmo sendo claro a falta de sentido do diagnóstico ortodoxo, este foi o escolhido para conduzir a narrativa das vozes ativas do impeachment. Pontuam ainda que, a insatisfação dessas camadas com a perda de poder dos trabalhadores através do baixo nível de desemprego, levou ao discurso da “gastança” com o objetivo final de recompor o poder de suas classes sem a intervenção do Estado, em um ambiente no qual as empresas e rentistas conduziram a vida econômica do país, incluindo a oferta de emprego e o valor salarial. As mudanças que o governo Temer implementou, figura como uma quebra com todas as marcas dos governos petistas e inclui a tentativa de mudanças constitucionais, sinalizadas pelas medidas já aprovadas (EC do limite dos gastos públicos, reforma da previdência e reforma trabalhista ainda em discussão). O medo é que essas novas políticas e a austeridade como um todo revertam a redução da desigualdade e os avanços sociais alcançados nos últimos anos.

O principal problema da política de austeridade é que ela não funciona, fato demonstrado pela crise de 30 e também pela crise europeia. Segundo Blyth (2013):

Quando a economia encolhe, a dívida aumenta na medida em que a renda encolhe, tornando-se mais difícil liquidá-la na medida em que a economia afunda. Isso, por sua vez, leva ao encolhimento do consumo, o qual de forma agregada diminui e torna a dívida a ser paga ainda maior. (BLYTH apud PAULINO. PIRES 2017).

Se a história já demonstra a incapacidade resolutiva de políticas de austeridade, porque as vertentes neoliberais insistem nela? O motivo é que a austeridade é a única forma de garantir os lucros bancários e dos investidores, a austeridade figura como o preço que os bancos querem que as outras parcelas sociais arquem. Nesse sentido, a austeridade fere as parcelas populacionais que mais dependem do governo, redirecionando os superávits do governo não mais para investimentos sociais, mas para o pagamento de juros da dívida pública, somando-se a isso, as classes superiores geralmente possuem os títulos da dívida pública, mantendo o recebimento dos juros em dia em detrimento do redirecionamento dos gastos governamentais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. et al. **“Gestão” da dívida pública e bloco no poder: uma análise comparativa entre os governos FHC, Lula e Dilma.** Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/gestao-da-divida-publica-e-bloco-no-poder-uma-analise-comparativa-entre-os-meses-de-governo-fhc-lula-e-dilma/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- ARANTES, Pedro. **Entre a crise neoliberal e a ascensão da esquerda na Bolívia: Um estudo acerca da Política Externa do governo Evo Morales.** Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/spg/spg17/9926-entre-a-crise-neoliberal-e-a-ascensao-da-esquerda-na-bolivia-um-estudo-acerca-da-politica-externa-do-governo-evo-morales/file>> Acesso em: 12 set. 2017.
- BARROS, V. Limitação da ordem “Onda Rosa”. **8º ENEPE UFGD.** Dourados, 2014.
- BASTOS, P.; HIRATUKA, C. A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. **Texto para Discussão**, Campinas: Unicamp. IE, n. 306 jun. 2017.
- BIANCARELLI, A. et al. **O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise.** Texto para discussão. Unicamp, IE, Campinas, n. 296, mai. 2017.
- CARTA MAIOR. **A batalha e a guerra da CPMF.** 12 dez. 2007. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-batalha-e-a-guerra-da-CPMF/7/13866>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- CASTAÑEDA, Jorge (2006). **“Latin America’s left turn”.** Foreign Affairs, maio/junho.
- CASTRO, G. ; FERNANDES, T. **Queda na popularidade de Dilma é alerta para 2014.** São Paulo, Veja, 2013. Disponível em: [HTTP://veja.abril.com.br/noticias/brasil/queda-na-popularidade-de-dilma-e-alerta-para-2014](http://veja.abril.com.br/noticias/brasil/queda-na-popularidade-de-dilma-e-alerta-para-2014). Acesso em: 29 ago. 2016.
- COUTINHO, Marcelo. **Democracias andinas: chegando tarde à festa?.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000400005&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000400005&script=sci_abstract&tlng=es)>. Acesso em: 23 de mar. 2017.
- DWECK, E.; TEIXEIRA, R. *A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica.* **Texto para Discussão**, Campinas: Unicamp. IE, n.303, jun. 2017.
- D’ARAUJO, M.; RIBEIRO, Guilherme. Perspectivas sobre desenvolvimento democrático e qualidade da democracia: Brasil e América Latina. **Soc. e Cult.**. Goiânia, v.18, n.2, p. 61-77, jul. 2015.
- EL PAIS. **El legado de la política exterior de Lula.** 29 set. 2010. Disponível em: <<http://observatorio.iesp.uerj.br>>. Acesso em: 8 out. 2016.
- EL PAIS. **“Brasil lidera a redução da pobreza extrema, segundo o Banco Mundial”.** Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/142970575\\_591974.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/142970575_591974.html)>. Acesso em: 20 out. 2017.

FES, Forum21, Plataforma Política Social, GT de Macro SEP. **Austeridade e retrocesso:** finanças públicas e política fiscal no Brasil. São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://brasildebate.com.br/documento-desconstrui-a-pec241-e-o-discurso-da-austeridade/> >. Acesso em: 3 jan. 2018.

LANZARO, Jorge. Gobiernos de izquierda em América Latina: entre El populismo y la social democracia: una tipología para avanzar en El análisis comparado. Observatório Político Sul-Americano, Rio de Janeiro, **Análise de Conjuntura OPSA**, n.12, dez. 2007.

LÓPES, Francisco (2016). **América Latina: crisis del posneoliberalismo y Ascenso de la nueva derecha**. Buenos Aires: Clacso.

MELLO, G.; ROSSI, P. **Do industrialismo à austeridade:** a política macro dos governos Dilma. Disponível em: < <https://www.eco.unicamp.br/index.php/noticias/192-do-industrialismo-a-austeridade-a-politica-macro-dos-governos-dilma> >. Acesso em 3 jan. 2018.

OLIVEIRA, Raphael. **“Nova Burguesia Nacional” nos governos Lula e Dilma? Uma crítica às teses de Armando Boito Júnior (2003-2013)**. Disponível em: < <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/45%20Nova%20Burguesia%20Nacional%20nos%20Governos%20Lula%20e%20Dilma.pdf> >. Acessado em 14 dez. 2017.

PAULINO, L; PIRES, M. Conflito redistributivo, crise fiscal e a crise dos governos de esquerda na América do Sul. **Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**. Brasília, n.21, jul-dez. 2017.

PEDROSO, Carolina. **Os projetos regionais de Brasil e Venezuela para a América do Sul nos anos Lula da Silva (2003-2010)**. 2014. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais)- San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP), São Paulo, 2014.

PINHO, Carlos. A governança de esquerda na América Latina e a Retomada do Desenvolvimento Diante da Aquiescência às instituições da democracia liberal e parlamentar: O caso singular do Brasil. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Ipea, 2011.

SANTOS, Wagner. **Fortalecimento ou derrocada da Onda Rosa na América Latina?**. Disponível em: < [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992016000400009](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000400009) > . Acesso em: 12 set. 2017.

SCHERMA, Márcio. **A atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil (1959-2006)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 2007.

SILVA, Fabrício. **Até onde vai a “onda rosa?”**. Análise de Conjuntura OPSA, Rio de Janeiro, n.2, p. 1-20, fev. 2010.

SINGER, A. **Cutucando onças com vara curta:** O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010-2014). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 102, p.43-71, jul. 2015.



SILVA, Fabrício. **Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço.** SURES, [S.I]; n.5, p. 67-94, fev. 2015. Disponível em: <<https://ojs.unila.edu.br/sures/article/viewFile/295/279>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo.** Reforma Gradual e Pacto Conservador. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIGEVANI, Tullo et AL. **Relação entre política doméstica e integração regional:** uma interpretação do Brasil no governo Lula da Silva. In: AYERBE, Luis F. (Org.) Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 83-116.

TEIXEIRA, R.; PINTO, E. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma:** dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400009&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acessado em 14 dez. 2017.